

deve ser particularmente desenvolvido em países de superfícies escassas, que se pode apoiar de ideias diferentes.

O estudo detalhado dos limites separados os biomas, as fronteiras entre os biomas, é muito particular a respeito de distúrbios de limites e de fronteiras, especialmente:

— A análise dos estudos pedológicos.

O estudo de eventos atuais de dinâmica atual dos solos, das topografias, de áreas de drenagem, particularmente em função de um nível médio, não se pode, com efeito, compreender o passado sem que se adapte certos conhecimentos a respeito de que se passa atualmente.

BIBLIOGRAFIA

... 1987 — ...

... 1988 — ...

... 1989 — ...

... 1990 — ...

... 1991 — ...

... 1992 — ...

... 1993 — ...

... 1994 — ...

... 1995 — ...

... 1996 — ...

... 1997 — ...

... 1998 — ...

... 1999 — ...

... 2000 — ...

Notas e Resenhas

... 1985 — ...

... 1986 — ...

... 1987 — ...

... 1988 — ...

... 1989 — ...

... 1990 — ...

... 1991 — ...

... 1992 — ...

... 1993 — ...

... 1994 — ...

... 1995 — ...

... 1996 — ...

... 1997 — ...

... 1998 — ...

... 1999 — ...

... 2000 — ...

PRONUNCIAMENTO DE UM GEÓGRAFO*

Geografia, 10(19) : 193-197, abril 1985.

Amigos,

Esta é uma ocasião alegre e festiva porque conseguimos reunir nesta Casa a Pequena Família, que ao homem coube criar, alimentar, educar e ensinar as coisas da vida, e, a Grande Família, a quem se deve servir, conviver e partilhar. É alegre porque é a hora do grande e fraterno abraço. É festiva também porque dispensa muitas formalidades e supera normas e protocolos universitários. É despojada de formalidades centenárias e européias. Assim as duas Famílias podem, juntas, celebrar em uma festa que é de todos. E em festas se dispensam algumas coisas óbvias, como discursos sobre a essência e o mérito da finalidade. Ou o valor de um título outorgado. Mas que não fiquem sem registro o gesto magnânimo da congregação e a generosidade de seu porta-voz.

Deus, algumas vezes, deu ao homem a oportunidade de fazer coisas boas e úteis, mas em sua sabedoria, não usou muito essa oportunidade para impedir que e'e ficasse mais néscio do que nasceu. Por isto esse título é recebido com alegria, felicidade e profunda humildade.

Esvaziada desses protocolos, a ocasião permite a essas Famílias viver uma comunhão, em que todos participam jubilosamente das alegrias e dos abraços. Pois comungar pressupõe todos iguais perante Deus, destituídos e desnomeados. Significa renunciar a rótulos e honrarias que a vaidade humana inventou para estratificar e separar os homens.

Então propõe-se reformular um ato acadêmico para dar forma a um gesto muito mais comovente e solidário que é a Comunhão. Ela é intemporal, não termina porque já é hora da próxima aula; porque tem valores transcendentais aos da forma. Ela implica resgatar amores, reacender velhas paixões, relembrar antigas lutas, ressonhar sonhos amarelecidos, sofrer de novos antigos sofrimentos, conferir boas pelezas, conviver saudades, e exumar velhos ideais que nunca morreram e coalescer velhos e novos desejos, vivendo-os com um calor revigorado.

* Discurso proferido quando da entrega do título de Professor Emérito atribuído pela Diretoria e Egrégia Congregação do Instituto de Geociências, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 28-03-1985. Deve-se registrar, também, que o Dr. Getúlio Vargas Barbosa faleceu no dia 06 de maio de 1983, em sua residência, em Belo Horizonte.

Essa comunhão está completa, mesmo sem a presença física de velhos amigos os funcionários, os mestres, os ex-alunos e os colegas. Alguns companheiros, muitos, andaram depressa demais rumo ao mundo encantado do futuro. Uns se foram no meio-dia da vida, outros se apartaram de nossas mãos, de repente. Outros ainda simplesmente, adormeceram. Com o grito amordaçado, vários tiveram o coração arrancado pela força bruta da tirania e com eles as melhores lembranças e os ideais mais puros. São hoje os desesperançados que aguardam, olhar no chão, por novas auroras. Por último, outros também aqui, em pleno sofrimento, corpo inteiro, mergulhados na dor contínua, como Cristo vivo à espera de redenção, que só se alcança pelo amor, pelo perdão e pelo sofrimento. Mas eles, todos eles, não poderiam deixar de estar aqui nesta hora. São presenças concretas, tangíveis, emocionantes. Não choraremos por nenhum deles. Lembraremos porque morreram, quem os matou e como morreram, assim como comemoramos a morte de Cristo. E louvamos a Deus por todos.

Mas vamos fazer uma comunhão um pouco diferente daquela que faz a freira dominicana, a undécima da fila. Entoando o canto gregoriano, ela se dirige à Eucaristia, firme e cheia de fé. A freirinha, o véu preto baixado sobre a testa, as mãos cruzadas sob o hábito creme, os olhos iluminados pelo clarão da Fé. Ela desliza, suave e silenciosamente pelo corredor lateral da capela. Contrita e concentrada só no amor a Deus, abstraída do mundo. Uma freira frágil, pálida, transparente, o corpo transmutado em alma. Seu canto, sua imagem e sua luz povoaram de sonhos místicos a cabeça de criança do homem de agora e permaneceram. A freira, seu gesto e seu canto gregoriano, podem, pela história de sua grande Família, caminhar para a Eucaristia.

Mas um homem não! Um homem não pode propor uma comunhão aos seus irmãos, só porque suas Famílias estão em festa e foi-lhe outorgado um honroso título universitário. É necessário que esse homem demonstre que viveu, que lutou e procurou a verdade. Lutou pelo bem, pela honestidade; assumiu compromissos pelo amor, pelos valores eternos, mesmo que sob outros nomes. É preciso que tenha dado exemplos de amor, de respeito e de justiça. Ele precisa demonstrar, tal como a freira, que teve uma vida de luta contra coisas que o desviaram da verdade e da rota de Deus.

Um homem que propõe uma comunhão com as suas Famílias deve dar testemunho de que esteve sempre presente nas crises e que lutou incessantemente. Deve demonstrar que não foi um ocioso, que muitas vezes cheirou sangue e poeira, mas sempre recomeçou de novo. Porque senão seu testemunho de luta não tem valor, é destituído de real significado. A vida de um pesquisador e de um professor tem de ser um exemplo, não como expressão dogmática e peremptória, de um valor a ser imitado, admitido ou admirado. É valor a ser debatido, discutido, pesquisado para que outros possam crescer por ele, aproveitar-se dele.

Esta comunhão é, por outro motivo, uma ocasião festiva porque depois da opressão, do autoritarismo e da destruição de valores brasileiros, conseguimos reconquistar a liberdade e vamos, com a fé parecida com a de nossa freira, a undécima da fila, restaurar a democracia. O momento é importante porque por pouco o Brasil não ficou sem duas gerações, sem memória e sem esperança, já que os alvos preferidos pela ditadura foram os universitários. Agora vamos restaurar o valor da verdade, de uma nova ordem social e vamos começar também uma nova universidade. Vamos fazer, por nós mesmos, sem esperar a vez ou a voz de comando de qualquer natureza ou poder. Vamos aproveitar já esse momento de democracia e de liberdade, ainda que ele seja um efêmero nascer do sol e não dure mais que uma véspera, mas que tenha a vibração de um ato de amor, porque a vida é urgente, só Deus é eterno. Vamos aproveitar esse momento e lutar porque as coisas só se conquistam lutando incessantemente. Lutando com coragem, rebeldia, com esperança e audácia, heroísmo e resistência. Lutando

do como nossos companheiros de há 20 anos, os nossos Cristos Vivos, que foram suicidados, espancados, torturados, atirados, e, sem que seus algozes soubessem, aproximaram-nos mais da liberdade e de Deus.

Mas agora, desta vez, resistiremos. Não nos arrancarão do peito os ideais das reformas de base, de liberdade, de amor, de justiça social, de esperança. Porque nossos companheiros estão conosco nesta comunhão, dando-nos alento, renovando ainda a pele do coração requeimada pela ditadura e a violência, com o bálsamo da esperança. Porque eles estão conosco, lado a lado, de mãos dadas e braços levantados para recomeçar a luta de nossa consciência política. Por isto resistiremos. Não cairemos em novas tocaias e outras ciladas.

Vamos começar a luta por uma consciência política que deve ser a nova opção dos universitários. Sem purismos e cientificismos, mas claramente voltada para o povo e não para a elite de apenas os mil cientistas de escol que aqui existem. Agora que a universidade no Brasil está inteiramente destruída, a sua reforma é lenta. Não a completaremos ao raiar do sol do ano 2.000. E então será tarde demais. Não podemos reconstruir universidades sobre escombros e ruínas de uma "experiência democrática destruída" ou sobre modelos nacionais cheios de idealismos; universidades tão avançadas como a que a cidade planejada acolheu, e que foi desmontada idéia por idéia, ideal por ideal. Precisamos mudar de postura e não fazer mais reforminhas que repetimos a cada ano, sempre tocando os mesmos pontos e permanecendo estagnados como águas de um pântano cultural.

Vamos construir a universidade brasileira sem sonhar com uma catedral gótica erguida para alcançar o saber dos céus, estranha a todas as nossas tradições, como um Taj Mahal tropicalista. É urgente colocar no lugar das catedrais do saber a modesta capela missionária de paredes brancas, portais azuis e sinos para anunciar a todos, que teremos a Universidade Brasileira. E depois de criar sua identidade teremos que estabelecer prioridades, porque agora há dirigentes que consideram primeiro o aperfeiçoamento e a felicidade dos homens e depois, e só depois, as coisas materiais.

Num país de pobres, os cientistas da natureza são os "obreiros da terra", são os servos da gleba dos feudos culturais modernos, que trabalham com as coisas das quais os homens nasceram e sempre viveram: a pedra, a poeira, a água, a lama e os seres vivos, cujos mecanismos, mesmo simples, ainda não se compreendem completamente. Não se pode transformar todos os universitários em filósofos, teóricos ou repetidores do passado. Num país de famintos e analfabetos, não se alterará, sem muito sacrifício, uma ciência de quasars, buracos-negros e galáxias.

Dentro desse colonialismo cultural, a geografia é considerada uma ciência menor, angustiada por se transformar num conhecimento importante. E desde uns 30 a 20 anos iniciou-se uma discussão superficial sobre a perspectiva metodológica e epistemológica. Essa discussão foi um determinante fator de inibição da pesquisa geográfica, que o Brasil conduziu com esforço durante muitos anos. O conhecimento da terra e dos homens que a habitam foi paralisado. E por isso vários problemas tecnológicos se transformaram em erros e até em catástrofe, porque não tinham o apoio da geografia. Essas angústias de adolescência da Geografia criaram entre seus profissionais complexos de miosótis, que os psicólogos ainda não catalogaram. Para um país que é muita geografia, seus geógrafos são agora teóricos e não podem pretender, ainda usar uma imensa begônia na lapela.

E em meio a tudo isto não se pode esquecer que estamos no final do mundo da ciência formal, e no limiar do mundo mágico, das coisas insuspeitadas e até agora desdenhadas pela ciência oficial. Estamos no crepúsculo da ciência e na aurora da magia. Lentamente, a intuição foi substituída pela ciência que agora está sendo substituída pela tecnologia e pelo mágico. Temos de considerar estes fatos quando se quer mudar.

Essas atitudes críticas, que devem ser tomadas quando se avalia a obra realizada pela ciência no Brasil, indicam claramente a necessidade de reciclar valores e introduzir outros que ainda não foram utilizados. Há necessidade principalmente de que os homens também mudem sua atitude. Há homens que nem saíram de si mesmos para sua companheira, nem para seus filhos. Estão voltados apenas para sua ciência. Há outros que nunca saíram de sua Pequena Família para a sua Grande Família, a comunidade e há, finalmente, aqueles que nunca saíram de seu egoísmo e sua vaidade. São os que profetizam a ciência que já foi feita.

Os cientistas brasileiros são precariamente formados, apressadamente especializados e deficientes como seres humanos. Muitas dessas características foram repassadas às instituições e ao pessoal a elas vinculado, de tal modo que formam a mentalidade vigente. Estudar a natureza, mesmo nos estreitos limites da ciência, é um dom de Deus na medida em que ele nos permite descobrir os intrincados meandros de sua obra. E em vez de ficar vaidoso e pretensioso com essa participação, é para se ter o coração cheio de amor e um respeito profundo pela natureza. Um homem de ciência natural deve ser colorido, de verde. E muitos deles ainda não podem ser coloridos.

Se quisermos fazer uma universidade nova e não uma simples imitação, tem-se que selecionar homens e pensar além e acima das estruturas européias e americanas com as quais a universidade brasileira não tem nenhuma identidade ou vínculos fortes. Os que temos foram adquiridos a preços muito altos, na medida em que trocamos por nossos recursos naturais, pelos salários de fome de nossa mão-de-obra e, em diversas vezes, por nossa soberania. Essa troca clássica na economia de mercado foi feita por uma ciência de segunda mão que não nos faz caminhar para a frente. É por isso que é preciso recomençar uma luta que se iniciou há muitos anos contra o que nos levou a caminhos equivocados e a resultados inautênticos. Agora compramos nos supermercados transnacionais, pacotes de tecnologia superada ou rejeitada, tal como ocorreu com a ciência. Recomeçar é preciso.

É preciso ser lutador, ser guerrilheiro, a cada oportunidade para assumir novas posições, novas idéias, ter muita coragem para fazer essa nova universidade, mesmo quando só há uma pequena luz de esperança. Ela não será feita com comodismos, com conciliação, com troca de favores. Ser lutador é assumir posições, realizar debates, e respeitar opiniões para que esses ideais se transformem em universidade. Temos que estar comprometidos com a liberdade de criar, com a verdade, com a justiça, com o povo, com os pobres e com a democracia. Esses compromissos não podem ser revogados, porque foram assumidos para que o homem se aproximasse mais da Verdade. Só homens fiéis a esses compromissos serão capazes de construir a Universidade Brasileira.

Quando um lutador é atropelado no caminho da vida, ele não completa sua luta porque não pode assumir os seus compromissos. Nunca pode repetir o lugar-comum de que tem consciência tranquila do dever cumprido. Ele tem sempre a noção de estar em débito com os seus ideais, e sua luta deve continuar. Por isso essa comunhão e a fé em Deus passam a ser valores essenciais e maiores. E em meio a dilemas e dúvidas, Deus pôs suavemente a mão sobre a cangalha para que o homem entendesse sua presença e a recebesse. Mas muitas vezes Ele teve de bater com mais energia para avisar dos descaminhos e dos erros que estavam sendo cometidos. Deve-se dizer um Salmo de Louvor ao Senhor.

Graças a esses constantes avisos, o homem continua a luta. Usando seus defeitos e qualidades e do modo que lhe é possível. Com vitórias e derrotas, muitas vezes quixotesicamente e sem coerência. Mas ele não veio para buscar a coerência, e sim a luta. A coerência pode ajustar-se numa filosofia, numa seita, numa teoria, numa religião e até na ciência. Pode-se, também, transformar a luta pela coerência numa luta eterna, que dure o resto da vida.

Nessa busca pela coerência não se pode regatear o preço do boi ou da boiada, mesmo quando a luta pela vida exaurir o pasto, a aguada e o gado. Se o homem é apenas um herdeiro afetivo dos gerais e das veredas, não tem um gadinho pé-duro, nem sal, nem terra, é preciso desbravar novos vãos e continuar a lutar com as mãos limpas e o coração cheio de amor.

O homem, a mulher e seus filhos estão felizes com a comunhão de todos.

GETÚLIO VARGAS BARBOSA
(Instituto de Geociências da Universidade
Federal de Minas Gerais)

RECURSOS HÍDRICOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Geografia, 10(19): 197-202, abril 1985.

Uma das mais profícuas tendências da geografia atual é o interesse crescente pelo planejamento ambiental, com o objetivo explícito de orientar o desenvolvimento de uma região. Tomando-se por premissa básica que planejar para o desenvolvimento é concentrar esforços para manejar o meio ambiente, com a meta específica de melhorar as condições de vida da espécie humana, é evidente a relevância de pesquisas direcionadas para estes fins, dentro da geografia.

Face ao aumento crescente da população e da demanda sobre os recursos naturais; face ao aumento inusitado da demanda de água, em consequência do rápido desenvolvimento tecnológico; face aos novos e complexos problemas de água: poluição, ocupação antrópica das planícies de inundação e de regiões áridas, torna-se inquestionável a necessidade de se planejar o uso do espaço racionalmente, visando ao aproveitamento máximo das águas.

As características peculiares do recurso água tornam a sua preservação um problema complicado. Tanto as enchentes como as secas, em parte, são devidas ao uso inadequado dos recursos hídricos, ou seja, são decorrentes da ausência ou da ineficácia dos planejamentos ambientais. Os dois principais problemas de preservação da água são: a quantidade de água disponível e a qualidade da água para um determinado fim.

É verdade que os grandes avanços científicos e tecnológicos, das últimas décadas, em muito facilitaram a tarefa do desenvolvimento e do manejo dos recursos hídricos.

Porém, esse desenvolvimento não depende apenas de um arsenal tecnológico. É comum o morador de uma determinada cidade não entender que o problema de enchente ou da poluição da água do rio que atravessa a cidade é determinado não pelo que ocorre na porção do rio que ele enxerxa, mas sim pelo que sucede na algum lugar da bacia hidrográfica, às vezes a quilômetros de distância. Daí o reconhecimento mundial da bacia hidrográfica como a melhor unidade natural para o manejo dos recursos hídricos.

A BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE DE ESTUDO FUNCIONAL

Os processos que contribuem para a quantidade e qualidade das águas disponíveis por uma determinada região somente podem ser estudados dentro do contexto da bacia hidrográfica. Por bacia hidrográfica entende-se a "área drenada por um determinado rio ou por um sistema fluvial" (Christofletti, 1974), na qual coexistem componentes abióticos e bióticos, em constante interrelacionamento, constituindo-se num complexo integrado e intrincado.

A literatura sobre o recurso água avoluma-se cada vez mais, face à necessidade crescente da humanidade em dispor de água em quantidade e qua-

lidade, cada vez maior. Consolida-se o reconhecimento mundial de que a bacia hidrográfica é a melhor unidade de estudo funcional, ou como diz Walling, é a "unidade da paisagem" que mais favorece ao desenvolvimento de muitos dos conceitos hidrológicos e a que mais se ajusta aos objetivos de planejamento ambiental. A influência do homem sobre o ciclo hidrológico, seja através da urbanização, práticas agrícolas ou da poluição, são alguns dos estudos dos que mais interesse tem despertado até o momento. Porém, não menos interessante, são as pesquisas relacionadas aos processos de *runoff*, aos riscos de enchente, ao incremento na produção de água. Em todos esses estudos, de natureza interdisciplinar, em muito o geógrafo pode aplicar os seus conhecimentos.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem sistêmica constitui-se no veículo conceitual mais adequado aos estudos de bacias hidrográficas. Pode-se dizer que geomorfologicamente a bacia hidrográfica é um sistema aberto, que recebe suprimento contínuo de energia, através do clima reinante e que, sistematicamente, perde energia, através da água (*runoff*) e dos sedimentos que a deixam (Gregory e Walling, 1973; Christofletti, 1974).

Uma das principais características do sistema aberto é a sua estabilidade (*steady state*); ou seja, o recebimento e a perda contínua de energia encontram-se em perfeito balanço. Ocorrendo uma modificação qualquer na forma do sistema, ou um acréscimo ou liberação de energia, imediatamente inicia-se uma mudança compensatória que tende a restaurar o estado de equilíbrio do ecossistema da bacia (Gregory e Walling, 1973).

Uma das principais vantagens da abordagem sistêmica, em estudos de bacia hidrográfica, é que esse esquema conceitual favorece estudos das interrelações entre as formas e os processos que operam a nível de bacia hidrográfica. Estudar uma bacia hidrográfica significa, em última análise, pesquisar seus componentes (canal, rede fluvial, vertentes, etc.) bem como os processos que nela ocorrem como *inputs* e *outputs* e seus interrelacionamentos.

Um ecossistema como o da bacia hidrográfica compreende, pela sua própria escala, muitos outros ecossistemas: florestas, rios, pastagens, áreas urbanizadas. Assim sendo, é grande o número dos processos que condicionam as interações entre os seus componentes, sendo que essas interações podem ser definidas por fluxos ou ciclos de matéria e energia.

Devido a essa natureza multivariada, o planejamento das bacias hidrográficas exige o concurso de equipes multidisciplinares, nas quais é indispensável a presença do profissional de Geografia, ao lado de outros especialistas, tais como: geólogos, hidrólogos, economistas, agrônomos. Esse é um campo de trabalho, dos mais promissores aos geógrafos de nosso país e que, ainda, está sendo muito pouco explorado.

Do ponto de vista sistêmico, a bacia hidrográfica pode ser visualizada como um sistema, simplesmente, *morfológico*, ou como um sistema de *processo-resposta*, que pode relacionar formas e processos ou processo com processo. Além desses dois tipos, Chorley e Kennedy (1971) também apontam a possibilidade de se visualizar a bacia hidrográfica como um *sistema em cascata*, no qual o *output* de um sistema viria a ser o *input* do outro subsistema; ou, como *sistema antrópico*, com condições de provocar modificações na distribuição da massa e da energia, nos sistemas morfológicos, em cascata ou, no de processo-resposta.

A QUESTÃO DO ESTUDO DOS PROCESSOS E FORMAS

Uma das questões de natureza metodológica, que tem causado muitas controvérsias no âmbito da geografia está relacionada com o estudo das formas e processos. O que deve ser estudado: os processos ou as formas? Desse dilema metodológico, surge duas "escolas"; uma, fazendo uso princi-

palmente da geologia e da climatologia, preocupa-se com a evolução histórica das formas, e outra que, encarando a forma da bacia hidrográfica como simples produto dos processos que operam sobre o referido ecossistema, enfatiza o estudo dos processos. Para os que assim pensam, os padrões são, na realidade, apenas reflexos das decisões ambientais tomados pelos que planejam.

Porém, os exemplos nos evidenciam que os padrões e os processos interagem continuamente. Em assim sendo, é preciso estudar tanto as formas como os processos, não se olvidando porém que a análise dos padrões não significa muito de per si. Ela deve ser entendida apenas como uma etapa a ser vencida a fim de se chegar a uma melhor compreensão dos processos que operam a nível de bacia.

Assim é que aumenta dia a dia o volume de estudos voltados para os sistemas de processo-respostas, que relacionam as formas e os processos, ou que servem magnificamente bem aos estudos dos relacionamentos processo/processo.

Entretanto, seja qual for a opção de estudo, a pesquisa sempre partirá de uma situação problema. Sejam adeptos de Carnap, Hempel ou Popper, a marcha da pesquisa sempre se principiará com o delineamento do problema a ser equacionado, o qual ditará o que observar, e o que é ou não é, relevante observar (Hegenberg, 1976). Num segundo momento, caberá levantar as conjecturas ou hipóteses, que servirão de guia para a resolução do problema em questão. A hipótese serve para explicar e prever (de forma dedutiva) aquilo que despertou nossa curiosidade intelectual. Num terceiro momento, cabe a testagem das hipóteses, para que se determine a sua aceitabilidade ou não.

No que tange a testagem das conjecturas, nota-se certas divergências entre os filósofos da ciência: alguns, ao testar as hipóteses, procuram casos positivos de confirmação; enquanto outros, ao avaliar as hipóteses, utilizam o chamado processo de "tentativa de falseamento", que segundo o filósofo Popper é o único processo verdadeiramente conclusivo para testar as hipóteses. Segundo Popper, devemos formular as hipóteses da maneira mais clara possível, de modo a expô-las, abertamente, à refutação. A refutabilidade deve ser o critério de demarcação entre a ciência e a não ciência, afirma Popper. E, a hipótese, será sempre acolhida, enquanto não refutada: daí a natureza provisória de todo o conhecimento (Magee, 1973).

A QUESTÃO DO USO DA LINGUAGEM MATEMÁTICA

Essa é outra questão metodológica que tem suscitado muitas divergências entre os geógrafos. Sem querer mais do que levantar um tema a ser discutido, nos posicionamos a favor da quantificação que pode e deve ser utilizada, independentemente da filosofia que se adote. Como simples técnica auxiliar na Geografia, a quantificação, assim como o sensoriamento remoto e o processamento de dados, constituiu-se num meio eficaz de garantir objetividade em nossas investigações.

Em se tratando da análise dos processos hidrológicos e do manejo de bacias hidrográficas, que se apóia notadamente em estudos de probabilidade, podemos dizer que não há lugar para uma "Geografia pré-quântica". Somente a familiarização do geógrafo com as estatísticas básicas, como por exemplo, programação linear, simples e múltiplas, sensoriamento remoto e processamento de dados, será possível o desenvolvimento de modelos preditivos, e, de estudos mais aplicados voltados não só para a "compreensão" dos fenômenos, mas também para a ação.

Nesse particular, convém lembrar Schaefer (1977) que enfatiza que indo além de um ponto de vista puramente metodológico, a "importância de um conceito científico é medido pelo proveito com sua aplicação, e não pelo que possa ser dito, logicamente, sobre ele".

Se pretendemos obter maior enriquecimento acadêmico e uma maior ascensão na escala de prestígio profissional, necessário se faz que pratiquemos uma ciência mais humana e que nossas pesquisas sejam realmente objetivas. (Dubos, 1972; Xavier, 1978).

DO POSICIONAMENTO FILOSÓFICO DO PESQUISADOR

O posicionamento ideológico-filosófico do pesquisador é mais um dos problemas de natureza metodológica, que atinge diretamente a análise e manejo das bacias hidrográficas. Pode-se dizer que poucos são os pesquisadores que têm consciência de seu ajustamento, a algum princípio filosófico, quando estão pesquisando. No entanto, é de consenso geral que é utópico e ingênuo querer fazer Ciência sem se adotar uma perspectiva filosófica. Como diz Bunge (1980), "só os grandes sabem que não existe Ciência sem Filosofia". O cientista, e especialmente o cientista ambiental, deve desejar a Filosofia como aliada de suas pesquisas. É preciso reavivar, urgentemente, a ética, ou seja, a ciência da moral em busca da noção e prática do bem. É preciso que floresça, com todo o vigor, uma salutar "ética ecológica". E o que seria uma ética ecológica? Sobrinho (1982) responde: "é uma atitude do homem perante a Natureza e a Vida, que o leva a buscar no usufruto dos recursos naturais da terra o maior bem de todos os seres, hoje e sempre".

Ética e Geografia são duas ciências que, em última análise, voltam-se para o Homem, que por sua vez tem seu destino ligado ao universo. A Vida do Homem é, em grande parte, a vida do meio ambiente (Sobrinho, 1982). A preservação dos recursos hídricos é questão de sobrevivência da própria humanidade. E é por isto mesmo, que a problemática ambiental acabou fazendo florescer as chamadas "consciência ecológica" e "consciência ética".

Como bem disse Bergson: "a pesquisa científica deve ser um diálogo entre a inteligência e a natureza". O verdadeiro cientista não se considera dono da natureza, mas parte dela; um verdadeiro fiduciário, a quem cabe dar contas de sua administração. Para ser cientista é preciso, antes de mais nada, amar a Natureza, em vez de tão somente explorá-la, curiosamente. O diálogo entre a inteligência e a Natureza, a que se refere Bergson, deve ser necessariamente, de caráter filosófico, sob pena de ficar muito aquém da dignidade dos interlocutores. Somente, assim, será possível estabelecer aquela "simbiose entre a Humanidade e a Terra", tão preconizada por Dubos (1981). Devemos continuar a intervir na Natureza, diz o filósofo e humanista Dubos, mas "devemos fazê-lo com senso de responsabilidade pelo bem estar da Terra assim como da Humanidade, e devemos por isso tentar prever a tempo, as conseqüências de nossas ações".

Em outras palavras, não podemos agir sobre o meio ambiente sem avaliar as conseqüências diretas ou indiretas, mediatas ou imediatas de nossas atividades. Dentro dessa linha de pensamento é que surgiu, na moderna gestão dos recursos hídricos, o conceito de "impacto ambiental". Num estudo de avaliação de impacto ambiental (AIA) procura-se identificar, interpretar e prevenir as possíveis conseqüências ou efeitos que a ação antrópica pode causar à qualidade de vida da população e também, nos ecossistemas em que o homem vive e, dos quais depende.

O que os exemplos nos têm demonstrado, entretanto, é que as metodologias para avaliação de impacto ambiental chegam tarde demais, ou seja, só se concretizam depois que já se iniciou o projeto. Esta é uma das principais razões que explica o porquê que os projetos de desenvolvimento, pouco têm correspondido às expectativas dos governos e do povo. Ora, é preciso proceder à avaliação dos recursos naturais desde o início do planejamento. Com isso não queremos dizer que as atuais metodologias utilizadas pelos

órgãos de planejamento não tenham se preocupado com as conseqüências ambientais provocadas pelos projetos de desenvolvimento regional. Pelo contrário, sempre há numerosas referências aos recursos naturais, notadamente aos recursos hídricos e seu adequado manejo. O que ocorre é que a variável ambiental é apenas uma variável a mais no planejamento, quando era preciso que a preocupação com o meio ambiente fosse realmente incorporada à mentalidade dos que planejam; isto é, que os planejadores assumissem técnica e filosoficamente uma real posição de administradores da natureza. O reconhecimento mundial do declínio da qualidade ambiental provoca a urgente necessidade de se redirecionar os métodos de planejamento.

Os problemas ambientais têm profundas implicações éticas. Eles escondem em seu bojo sérios problemas de relacionamento do Homem com a Natureza e dos homens entre si. Sob esse prisma, a poluição de nossos rios, por exemplo, é apenas um sintoma de algo mais sério. Talvez porque tenhamos demorado muito para refletir dessa forma, é que as propostas de desenvolvimento regional têm sido tão frustrantes. Tendo em vista essa série de problemas é que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e o Programa de Desenvolvimento Regional da OEA tem incentivado, a nível do recurso água, estudos globais dos recursos hídricos, com vistas à predição, com a finalidade básica de servirem de subsídios para as estratégias de desenvolvimento, visando o atendimento dos múltiplos usos da água: abastecimento público, industrial, irrigação, lazer, geração de energia, transporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando como uma necessidade impostergável, o geógrafo deve aceitar o desafio de aplicar os seus conhecimentos para a solução ou minimização dos problemas ambientais;

Considerando que o planejamento se constitui num importante filão para a geografia;

Considerando como de absoluta necessidade a compreensão dos processos hidrológicos, da geomorfologia fluvial e da qualidade e quantidade das águas de uma bacia, por parte de todos aqueles que se dedicam ao planejamento;

Considerando que, somente, através da diagnose ambiental e do manejo dos recursos naturais, é possível a manutenção da qualidade ambiental:

Sugere-se:

1.º) que seja dado um incentivo maior às pesquisas voltadas para a compreensão dos processos hidrológicos e manejo das bacias hidrográficas;

2.º) que seja oferecido, pelos Departamentos ligados à Geografia, aos pós-graduandos e mesmo aos que estão concluindo o bacharelado um curso de natureza interdisciplinar, que envolva hidrologia, geomorfologia fluvial, aspectos da hidrobiogeoquímica das águas, bem como, manejo de bacias hidrográficas.

Esperando ter comunicado aqui, um pouco do nosso entusiasmo pelos estudos hidrológicos e de manejo de bacias hidrográficas, concluímos, ressaltando a necessidade do geógrafo integrar-se, realmente, ao quadro das Ciências Ambientais, contribuindo, assim para que se consiga harmonizar o desenvolvimento econômico e tecnológico com a gestão racional do meio ambiente. Em assim sendo, precisamos, urgentemente, reorganizar as nossas prioridades de pesquisa. O desequilíbrio ambiental, como bem lembra Ignacy Sachs (1975), põe nos ombros da comunidade científica, uma responsabilidade por certo pesada, mas, ao mesmo tempo, anunciadora de uma nova e excitante aventura intelectual".

BIBLIOGRAFIA

- Bunge, M. — *Ciência e Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- Christofletti, A. (Organizador) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.
- *Geomorfologia*. S. P.: Ed. Edgard Blucher Ltda. 1974.
- Claval, Paul. *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona: Oikos-tau, S. A. 1974.
- Duos, René Jules. *Namorando a Terra*. S. Paulo: Melhoramentos Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- *O despertar da razão: por uma ciência mais humana*. S. Paulo: Melhoramentos Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- Dunne, T. and Leopold, L.B. *Water in Environmental Planning*. S. Francisco: W. H. Freeman and Company, 1978.
- George, P. *Os métodos da Geografia*. S. Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- Gregory, K.J., Wallig, D.E. *Drainage Basin Form and Process: a geomorphological approach*. London: Edward Arnold, 1973.
- Hegener, L. *Etapas da Investigação Científica*. Vol. 1 e 2. São Paulo: E.P.U. e EDUSP, 1976.
- Magee, Bryan. *As idéias de Popper*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.
- Moser, A. *O problema Ecológico e suas Implicações Éticas*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- Prochnow, M.C.R. *A Qualidade das águas na Bacia do Rio Piracicaba*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Rio Claro, 1981.
- Schaefer, F.K. "O excepcionalismo na Geografia": Um Estudo Metodológico". *Boletim da Geografia Teórica*, Vol. 7, n.º 13, 1977.
- Sobrinho, V.J. *Catecismo da Ecologia*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- Xavier da Silva, Jorge. "Os geógrafos e a análise e monitoria de ambientes". *Geografia*. Vol. 3, n. 6, Outubro de 1978.
- Wallig, D.E. *Water in the Catchment Ecosystem*. London: Edward. Arnold, 1972.

MYRIAM CECÍLIA R. PROCHNOW
(Departamento de Geografia, IGCE,
UNESP - Campus de Rio Claro)

ROTEIRO DE INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS E TRABALHO DE CAMPO EM GEOMORFOLOGIA (ESCALAS INFERIORES A 1:100.000)

Geografia, 10(19) : 202-206, abril 1985.

INTRODUÇÃO

Este roteiro tem por objetivo auxiliar aqueles que trabalham com áreas que estejam de alguma maneira ligadas à Geomorfologia, e que façam dela seu meio principal ou auxiliar de atividade.

Como roteiro pretende apenas orientar na coleta das informações mais importantes durante as fases de interpretação de imagens e de jornadas de campo, em escalas de semidetalhe.

O nível de abordagem é propositadamente simples de modo a tornar o trabalho acessível a estudantes ou profissionais de outras áreas, mas suficientemente completo para fornecer informações a um especialista da área.

Ainda como roteiro, não pretende esgotar os itens a serem observados. Pelo contrário, mantém abertura para que sejam inseridas quaisquer informações destinadas a enriquecer a relação apresentada.

Divide-se basicamente em duas partes. A primeira destina-se à obtenção direta ou indireta de informações a partir da interpretação da imagem trabalhada e de outros documentos disponíveis.

A segunda parte é voltada às etapas de campo propriamente ditas. Esta parte está por sua vez subdividida em duas fases. A primeira orienta a etapa anterior à saída para o campo, com alguns cuidados significativos que facilitam as atividades no campo. A segunda fase corresponde às observações a serem feitas nos locais estudados, compreendendo observações geomorfológicas e geoambientais.

Finalmente, apresenta-se uma sugestão para o uso da caderneta de campo. Apesar de ser um documento pessoal, deve-se levar em consideração que, em algumas ocasiões, pode ser arquivada e consultada por outras pessoas. Assim, as sugestões visam apenas homogeneizar a disposição das informações e facilitar uma possível consulta posterior.

I. GENERALIDADES

1. Objetivos do trabalho.
2. Localização (coordenadas geográficas).
3. Aspectos físicos (rios, serras, etc.).
4. Infra-estrutura (cidades mais importantes, rodovias, ferrovias, campos de pouso, etc.).
5. Atividade econômica (reconhecimento de zonas de cultivo, industrial, urbana).
6. Especificações da imagem utilizada e articulações.
7. Considerações sobre outras formas de imageamento (imagens de satélite, radar, fotos aéreas, etc.) e possíveis dificuldades de interpretação advindas das diferentes formas de ocupação.
8. Seleção criteriosa da documentação bibliográfica e cartográfica.
9. Comentários bibliográficos.

II. ANALISE DE IMAGEM

1. Geologia — aspectos lito-estruturais.
2. Pedologia — tipos e associações de solos.
3. Vegetação — aspectos fisionômicos (formações, sub-formações, etc.).
4. Clima.
— tipo
— elementos principais: precipitação média anual; média dos meses mais e menos chuvosos; temperaturas médias; ocorrência de fenômenos excepcionais (grandes chuvas, ventos, granizo, geadas, neve, etc.).
5. Drenagem.
— Delimitação e análise das bacias hidrográficas.
— Padrões (principais e anomalias).
— Densidade (forte, média, fraca).
— Aprofundamento médio.
6. Geomorfologia
— Altimetria (médias e anômalas).
— Descrição do relevo: tipos e dimensões de modelados; formas de topos e vertentes; tipos de vale.
— Correlação do relevo com a litologia e a estrutura.
— Divisão em unidades geomorfológicas preliminares, baseado nas características das associações de feições correlacionadas a uma evolução comum.
— Confeção de perfis altimétricos por unidade estabelecida para serem feitas comparações.
— Divisão do relevo em unidades morfoclimáticas, correlacionando relevo, solo, vegetação, hidrografia e clima.

— Separação dos relevos que têm conotação morfoclimática (depressões, aplainamentos, depósitos de encostas) daqueles com condicionamento estrutural.

— Correlação das características da drenagem e do clima, ressaltando o que não está de acordo com o clima atual.

— Identificação e extensão das áreas planas, organizando-as em ordens altimétrica e cronológica.

— Identificação de depósitos correlativos para fins cronogeomorfológicos.

— Proposição de hipóteses sobre a evolução do relevo, relativa a uma ordenação espaço-temporal sem necessariamente atinar para a datação dos eventos, a partir das conclusões do intérprete e dos estudos de trabalhos existentes.

7. Condições geo-ambientais — estabelecimento preliminar dos geossistemas.

III. RELAÇÃO DE PONTOS PARA VERIFICAÇÃO EM CAMPO

— Identificação de problemas refletidos na interpretação da imagem ou citados por outros autores.

— Identificação e localização de áreas citadas como problemáticas ou com perspectivas de modificações por ocasião da implantação de projetos específicos.

— Identificação de áreas que mereçam um estudo mais pormenorizado.

IV. TRABALHO DE CAMPO

a) Fase de escritório.

— Revisão de toda a bibliografia da área a ser percorrida, no âmbito da Geomorfologia e das disciplinas de domínio conexo.

— Traçado do roteiro preferencialmente por unidade geomorfológica preliminarmente estabelecida, e de acordo com a relação de dúvidas a serem solucionadas.

— Plotação de algumas estradas a serem percorridas na imagem que estiver sendo utilizada, além de topônimos mais importantes para facilitar a orientação.

b) Fase de campo

1. Observações geomorfológicas

— Utilização preferencial de cartas topográficas em escalas maiores que a do mapeamento preliminar.

— Localização correta nas cartas, mosaicos ou fotos, através de uma numeração previamente convencionada, dos pontos estudados, amostrados ou fotografados no campo; localização também cuidadosa nas cadernetas do posicionamento, o mais exato possível, destes pontos, através do hodômetro, da distância percorrida de um ponto para outro, por marcos de estrada ou pela proximidade de cidades ou de relevos facilmente identificáveis.

— Descrição cuidadosa das fotografias efetuadas, mesmo que as informações não venham a constar de uma possível legenda; fazer o mesmo com os desenhos, perfis e esquemas.

— Leituras altimétricas regulares ao longo do percurso.

— Descrição detalhada do relevo das áreas percorridas e observando sempre que houver mudanças na morfologia local.

— Observação de níveis de superfícies de aplanamento.

— Descrição de feições de aplanamento (pediplanos, pedimentos — tipo, material de cobertura, relevos residuais, etc.).

— Descrição de feições de dissecação e residuais: tipos de topos, formas

de encostas, desnível, declividade, tipos de vales, orientações gerais, a estrutura e o seu relacionamento com a topografia.

— Descrição dos tipos de rochas, solos e vegetação.

— Descrição do material de cobertura, origem e situação no perfil: linhas-de-pedras (posicionamento no perfil, espessura, material, tamanho, arredondamento, hipótese sobre a gênese do material).

— Descrição de areias (esfericidade, brilho, arestamento, estratificações, presença de minerais), argilas, siltes; colúvios (extensão, posicionamento no relevo, espessura, cor, granulometria, minerais, possíveis áreas fontes); presença de blocos (posicionamento nas encostas, dispersão, tamanho, arestamento).

— Observação dos tipos de processos de alteração atuantes e material contido; níveis de ferruginização; processos morfogenéticos atuantes (tipos de escoamento, movimentos de massa, etc.).

— Observação de problemas de escoamento das águas superficiais e relações destas com a erosão, como ravinamentos pré-atuais, voçorocamentos, "gullies", etc.

— Elaboração de perfis e desenhos esquemáticos dos cortes analisados.

— Elaboração de blocos diagramas de áreas com morfologias típicas.

— Elaboração de perfis-transetos para mostrar topografia e ambientes representativos.

— Observação da drenagem da área, principalmente no que se refere às planícies, terraços e material neles contidos; coloração, densidade e volume de água nos canais, e tipos de canais.

— Correlação do tipo de formação superficial com a fotografia ou imagem utilizada.

2. Observações geoambientais

— Observação quanto ao tipo de organização urbana e rural: utilização temporal (atividades tradicionais e recentes) e espacial (delimitação e caracterização dos tipos de utilização da terra) e sua relação com o meio-ambiente.

— Correlação da ocupação antrópica da área com o tipo de relevo, inclinação de encostas, mantos de alteração, coberturas, solos, posicionamento da hidrografia, vegetação e as relações desses elementos com o manejo ambiental.

— Atividade agropastoril (aproveitamento dos recursos naturais renováveis nas propriedades agrícolas); alterações no meio-ambiente relacionadas a estas atividades como desmatamento, conservação ou não de vegetação em cabeceiras de drenagem, depredação de matas, presença de culturas impróprias ou mal localizadas, pisoteio intensivo do gado, aproveitamento de várzeas, projetos de cultivo, procedimento de açudagem, projetos de irrigação, etc.

— Na rede viária, observação dos cortes de estrada e os problemas relacionados com a exposição de material alterado, desmatamento, presença ou ausência de calhas pluviais, aterros e cortes, contenções; observação dos tipos de erosão já instalados como voçorosas paralelas à estrada, caixas de empréstimos desprotegidas com instalação de processo erosivos; observação de encostas, pontes sem suficiente reforço nas vertentes e com possíveis riscos de solapamento nas bases; estradas vicinais em relevos mais inclinados e em litologias friáveis, com erosão mais acelerada na época das chuvas.

— Nas hidrovias, observação de trechos que necessitem de dragagens, correções de cursos, que sejam pontos de estrangulamento da drenagem, delimitação da área de enchente (neste caso, é importante conseguir informações sobre cheias excepcionais com moradores locais).

— Na utilização energética, observação do assoreamento de represas, en-

costas desprotegidas, tipos de relevo favoráveis a instalação de hidrelétricas e cursos que possam ser usados para a utilização de geradores locais.

— Na ocupação urbana, observação de cidades localizadas em áreas de importantes divisores d'água, de baixos terraços fluviais, em cabeceiras de drenagem; registro de desmatamentos; o traçado urbano, desrespeitando a declividade do relevo e os problemas daí advindos.

— Em áreas delimitadas como reservas naturais ou naquelas a serem preservadas, observação dos tipos de desequilíbrios que ocorrem ou que possam ocorrer.

— Áreas de beleza cênica que possam servir para o incremento de atividades turísticas.

SUGESTÃO PARA USO DE CADERNETA DE CAMPO

1. Deixar um espaço no início, para ser usado como índice dos principais itinerários realmente percorridos.

2. Numerar páginas para facilitar a localização e referências das anotações.

3. Desenhar no final da caderneta um pequeno "croquis" da área trabalhada para facilitar sua consulta.

ANOTAÇÕES DIARIAS

1. Início do dia

— Data.

— Local e horário de saída.

— Km (hodômetro).

— Itinerário (provável).

— Quadriculas a serem percorridas.

2. Observações técnicas

— Todas as observações: fotos, desenhos, coletas e estudos efetuados ao longo do trajeto.

— Informações para facilitar a localização exata das áreas percorridas e estudadas.

3. Encerramento do dia

— Horário e local.

— Km (hodômetro).

— Quilometragem do dia e acumulada; combustível gasto por dia e acumulado; qualquer outro dado importante a ser consultado diariamente.

— Problemas e imprevistos surgidos no decorrer do dia.

LUIZ CARLOS SOARES GATTO
(Projeto RadamBrasil)

IDEOLOGIA E ENSINO DA GEOGRAFIA

Geografia, 10(19): 206-208, abril 1985.

O desenvolvimento científico moderno, a partir do Renascimento, trouxe no seu cerne as concepções do liberalismo, racionalismo e do empirismo, fugindo dos dogmas e mostrando que os fenômenos naturais eram regidos por leis naturais e não divinas. Esses conhecimentos e ideais balançaram e questionaram o poder instituído da nobreza e do clero (1.º e 2.º Estado).

Com o advento do Estado burguês (3.º Estado), a partir do fim do século XVIII e início do século XIX, a nova ordem política e científica estruturou-se sobre o naturalismo e biologismo. As ciências humanas foram reorganizadas nesse período, influenciadas pela nova ordem política, social e científica, onde o naturalismo, os biologismos e o positivismo tornaram-se as bases dos pressupostos teóricos e de investigação da realidade.

Nessa passagem do 1.º e 2.º Estado para o 3.º Estado as ciências, que nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII tiveram um papel contestador e revolucionário em relação ao poder constituído (nobreza e clero), passaram a partir da organização dos Estados burgueses para a condição de ciências neutras e servis. A geografia não escapou à regra. A ciência geográfica moderna apresenta-se como produto do Estado burguês, dos ideais do liberalismo (político e econômico) e do mito da neutralidade científica.

O pensamento liberal apresentou-se na geografia clássica em dois níveis: o primeiro, através do liberalismo político, e o segundo via liberalismo econômico.

O liberalismo político apóia-se no modelo orgânico onde a diversidade dos elementos que compõem o sistema organicista, mesmo sendo diferenciado e exercendo funções diferentes, constituem uma unidade orgânica. Com o liberalismo político, tornou-se possível os ideais da democracia burguesa. Os ideais da democracia burguesa e do liberalismo político inspiraram o positivismo nas primeiras décadas do século XIX, através da nova ordem orgânica-social e sistêmica-organicista. No pensamento liberal-político e positivista, as idéias políticas e os interesses das classes sociais podem ser os mais diferenciados sem contudo alterar o sistema, que se encontra regido por uma Constituição burguesa.

Por outro lado, inspirado no naturalismo de base competitiva e no capitalismo concorrencial, e mais tarde na segunda metade do século XIX — reforçado pelas concepções darwinistas — temos o liberalismo econômico — *laissez-faire*. Nas concepções do liberalismo econômico predomina a teoria do conflito e a concorrência entre os elementos do sistema; contrapondo-se com o modelo de equilíbrio do liberalismo político. O liberalismo econômico encontra sua justificativa na competição, onde os mais fracos perdem sempre para os mais fortes. Só através da livre concorrência e da competição é que teremos progresso e desenvolvimento. Por trás dessa teoria de conflito do capital concorrencial, temos o domínio imperialista e os interesses dos grandes grupos econômicos. Os ideais do liberalismo político e do liberalismo econômico acompanharam o pensamento geográfico desde o século XIX até os dias atuais, transformando-se no discurso fundamental da geografia clássica.

As concepções do darwinismo social de Spencer e Gobineau, incorporadas na geografia por Ratzel — a partir da segunda metade do século XIX — vão de encontro aos interesses das teorias de competição e conflito do liberalismo econômico e do imperialismo. Por outro lado, as teses positivista — funcionalistas e culturalistas que nortearam o método Lablachiano, não só criticaram o darwinismo social na geografia como também o liberalismo econômico, e se inspiraram no liberalismo político. Portanto, o pensamento da geografia tradicional — funcionalista, que desde a década de 30 tem orientado o ensino na Universidade e no Primeiro e Segundo Grau de Ensino Médio, incorporou o *positivismo como método*, o *liberalismo político como doutrina*, e a *abordagem sistêmica-organicista como prática*, predominando a teoria do equilíbrio entre o homem-natureza e dos homens entre si, através da geografia da solidariedade entre os povos.

A solidariedade é um princípio do liberalismo político e do positivismo e uma contraposição ao evolucionismo competitivo-concorrencial de base darwinista-ratzeliana e imperialista. Nos estudos dos gêneros de vida e nas análises de tendências funcionalistas da geografia tradicional, a solidariedade é um fundamento básico.

A tradição da geográfica clássica e tradicional, em ver a ciência como neutra, faz parte da tradição positivista e do liberalismo político. Na essência do pensamento liberal político e positivista, as ciências se estruturam para justificar o novo Estado e para exercerem o papel de prestadoras de serviços à nova ordem social estabelecida pela burguesia no poder.

A influência do positivismo na ciência geográfica tradicional também caracterizou-se pelo empirismo e pragmatismo, transformando a geografia em ciência técnica e utilitária. Essa postura de transformar a ciência em ciência técnica e utilitária, faz parte do discurso do positivismo, conforme as palavras de Costa (1951): "Como disposição de espírito, o positivismo traduz uma aversão pronunciada por toda especulação que ultrapassa a experiência, *um gosto exclusivo pelo real e útil* que se vai juntar à convicção de que somente os objetos da observação sensível merecem esta qualificação"! Dentro dessa perspectiva, a geografia servia para prestar serviços práticos ou, então, ela (geografia) seria jogada para a metafísica e perderia o seu status no Colégio Científico.

Portanto, por trás de uma máscara de ciência neutra e apolítica, a geografia acadêmica positivista-funcionalista implantada no Brasil pós-década de 30 e a geografia ensinada nos Ginásios e Colégios (Escolas de 1.º e 2.º grau) mantiveram o discurso do liberalismo político burguês.

É através desse enfoque que alertamos aos colegas professores que busquem uma melhor compreensão dos vários discursos que hoje dominam a geografia nacional, e que percebam a importância da identificação desses discursos nos manuais de geografia, livros didáticos e artigos científicos, para que possam desmistificar a geografia do ingênuo conceito de ciência neutra. Também salientamos a importância da escola como reprodutora de ideologia e mascarando a realidade dos fatos através do mito da ciência neutra.

SILVIO CARLOS BRAY

(Departamento de Planejamento Regional, IGCE, UNESP
— Campus de Rio Claro)

CONTRIBUIÇÕES À GEOGRAFIA HUMANA E ECONÔMICA

Geografia, 10(19): 208-214, abril 1985.

A literatura geográfica registra continuamente o lançamento de obras gerais destinadas à Geografia Humana e Econômica, assim como para seus campos setoriais. Seis obras estão mencionadas nesta contribuição.

1. GÉOGRAPHIE HUMAINE ET ÉCONOMIQUE CONTEMPORAINE

Paul Claval

Presses Universitaires de France, Paris, 1984, 442 pp.

Paul Claval representa um dos mais ativos e significantes elementos da Geografia francesa atual, possuindo vasta bagagem de artigos e livros. Entre as suas obras é justo salientar a presença de "*Régions, nations, grands espaces*" (1968), "*La pensée géographique*" (1972), "*Principles de Géographie Sociale*" (1973), "*Elements de Géographie Humaine*" (1974), "*Elements de Géographie Économique*" (1976), "*Espace et Pouvoir*" (1978, tradução em português editada pela Editora Vozes, 1979), "*Les mythes fondateurs des sciences sociales*" (1980) e "*La logique des villes*" (1981). Apesar da grandeza e significância de sua obra, Claval praticamente continua sendo pouco conhecido no meio geográfico brasileiro.

O livro mais recente é "*Géographie Humaine et Économique Contemporaine*", que constitui um panorama completo desse setor geográfico e permite ao leitor seguir as etapas e a lógica de seu desenvolvimento, compreender seus princípios e articulações maiores e salientar os entrelaçamentos

e debates que atualmente se processam em seu contexto. Na verdade, vários temas de seus livros anteriores são retomados e focalizados em função do conhecimento recente. Claval não se preocupa em tentar descrever e lamentar a "crise da Geografia", e não utiliza de tonalidade pessimista, pois "atualmente acredita que o período de reestruturação terminou e que a Geografia é, doravante, uma ciência social cuja função se consolida cada vez mais. Isso não quer dizer que todas as inquietudes hajam desaparecidos nem que a evolução haja chegado ao seu final. Como todas as ciências, a Geografia conhece fases de dúvida e períodos onde os princípios admitidos satisfatoriamente dão conta dos problemas levantados. Nós entramos numa dessas fases". Claval, nesse excelente volume, esforçou-se em expor a gênese dessa ciência e a sucessão dos pontos de vista adotados por aqueles que praticaram e contribuíram (e pelos os que a praticam e contribuem) ao esclarecimento da sua lógica atual. No prefácio esclarece-nos que "se propõe salientar a originalidade da prática e concepções que se consolidam sob nossos olhos, comparando-as com aquelas que as precederam e prepararam... É difícil admitir que o desenvolvimento de uma ciência se faça de maneira contínua: há crises, mutações, e é necessário marcá-las, mas não significam rupturas definitivas com os esforços anteriores; as crises e as mutações apenas permitem integrá-las em construções mais amplas e mais estáveis".

A primeira parte trata da "evolução dos conceitos da Geografia", delineada para mostrar o dinamismo do conhecimento científico, pois Claval adota o uso da perspectiva genética e a da análise contextual. Assinala como as maneiras de conceber e de escrever a Geografia evoluíram com o ritmo das grandes transformações, e para fornecer imagem mais expressiva e facilitar as comparações utiliza dos exemplos de Montréal e Quebec, analisadas sob as perspectivas clássicas e modernas. É contribuição muito significativa a propósito da história do pensamento geográfico, desde a Geografia do século XIX até a década de oitenta.

A segunda parte caracteriza a Geografia Humana como ciência social. Se até 1950 os geógrafos humanos procuravam trabalhar como se fossem naturalistas, levantando o inventário da diversidade do mundo, "as maneiras de se aproveitar do meio ambiente, as nuances inumeráveis das paisagens e as formas sempre diferentes da organização territorial", mais recentemente ela passou a globalizar de modo relevante as análises das sociedades e dos homens, sem deixar de praticar a análise ecológica. Dessa maneira, Claval expõe os modelos ecológicos e os modelos sociais, considerando de maneira minuciosa os seus fundamentos, os modelos econômicos e os da geografia social e política. Essa parte termina com um dos setores mais novos da Geografia contemporânea, o do estudo dos *modelos do homem*, quando nos mostra o peso das ideologias, opções filosóficas e concepções ontológicas. Sua relevância advém do fato de que "a diversidade da terra repousa, em grande parte, na plasticidade humana e na multiplicidade dos valores e princípios que as pessoas reconhecem... O mundo no qual os homens vivem é feito de coisas visíveis e sensíveis que os cercam e de idéias ou representações que os acompanham. O que passa por ser mais verdadeiro no universo não é sempre o quadro da vida social, mas os próprios homens, ou a ordem que eles imaginam para a sociedade e para as coisas. E o real termina por assemelhar-se pouco ou muito àquilo que de início foi apenas uma imagem projetada, porque o meio era julgado como insuportável".

A terceira parte versa sobre temas mais debatidos atualmente, iniciando por focalizar a revivência da Geografia histórica e da Geografia cultural. Como o estudo das formas de povoamento e de estruturação do espaço são tradicionais em Geografia, Claval dedica atenção às maneiras recentes de analisar os espaços urbanos e rurais, considerando os aspectos ligados com a economia e sociedade e as características das paisagens e regiões. É nesse

setor que esse mestre francês salienta o entrosamento entre a morfo'logia visível e a dinâmica subjacente, entre a expressividade geográfica paisagística da estrutura e os processos responsáveis pela organização espacial, explicitando que "a análise da organização do espaço só é completa se ela passa das forças sociais, que condicionam os fatos de ocupação, à sua tradução na paisagem, e que se ela leva à apreensão das diversas formas de organização territorial, regiões, nações ou grandes espaços". Um capítulo especial é dedicado ao mundo tropical, assinalando as suas características zonais e os problemas ligados ao desenvolvimento. Outro capítulo aborda o estudo dos recursos naturais e humanos, que são "as condições primeiras de todo investimento produtivo e a base sobre a qual se edifica a Geografia econômica", considerando as localizações das atividades produtivas e o consumo dos lugares e a repartição dos homens na face da Terra. O que se pode dizer a respeito das relações entre a Geografia e o planejamento? Os geógrafos não podem permanecer indiferentes às paisagens e aos problemas que analisam, às maneiras de utilizar e organizar os espaços da superfície terrestre. Em sua atividade de propor soluções e orientar a organização e uso dos recursos da superfície terrestre, há que se precisar e ficar dentro dos limites "do real e do possível".

"*Géographie Humaine et Économique contemporaine*" constitui obra estruturada de maneira satisfatória, fornecendo panorama atual do conhecimento geográfico sobre esses setores, e faz jus ao trabalho valioso que Paul Claval vem desenvolvendo desde há vários anos que, através de vários livros textos, procura analisar e utilizar da ampla literatura produzida em vários países para facilitar a consulta pelos geógrafos mais voltados às línguas latinas, mormente ao francês. Deve-se acrescentar que a capacidade crítica e o senso de organização de Claval, aliados à sua experiência pessoal, geraram obras de marcante singularidade e valor.

2. LES CONCEPTS DE LA GÉOGRAPHIE HUMAINE

Antoine S. Bailly (coordenador)
Masson et Cie, Paris, 1984, 204 pp.

Considerando que a Geografia é dotada de uma série de conceitos que guiam sua visão de mundo e as suas práticas, A. Bailly procurou organizar volume onde o objetivo maior era "definir e explicitar os principais conceitos utilizados em Geografia e mostrar a sua inserção na evolução das ciências", que simultaneamente se constituísse em guia de referência e manual de reflexão. Não representa um livro texto, mas é composto por vinte capítulos que tratam de temas gerais visando completar as obras introdutórias. Cuidando especificamente dos conceitos, essa obra procura defini-los em sua integração nos contextos que possuem relevância; dessa maneira, foge da composição dos dicionários, focalizando individualmente os termos, e se aproxima em algo da estruturação dos verbetes em enciclopédias.

Há muita clareza na exposição e cuidado na definição dos termos, assim como na estruturação e diagramação dos artigos. Em formato 18 x 24 apresenta a coluna principal do texto e, na margem direita, a menção dos termos e a citação das obras referenciadas.

A primeira parte, dedicada à epistemologia e história da Geografia Humana, compreende quatro capítulos elaborados por C. Raffestin e A. Turco (Epistemologia da Geografia Humana), P. Claval (História da Geografia), A. Dauphiné (Espaço terrestre e espaço geográfico) e C. Raffestin e A. Turco (Espaço e poder). A segunda parte, versando sobre os grandes temas da Geografia Humana, é mais abrangente e engloba onze capítulos, dedicados ao estudo das regiões e nações (H. Nonn), Geografia social e cultural (P. Claval), Geografia da população (D. Noin), Geografia e ecologia urbana

(M. Cosinschi e J. B. Racine), Geografia agrária e geografia rural (R. Chapuis), Geografia econômica (H. Beguin), Geografia crítica (R. de Koning), representação dos espaços percebidos e espaços vividos (A. S. Bailly), Geografia humanística (D. C. Pocock), cronogeografia (A. S. Bailly) e à Geografia da saúde (H. Picheral). Cinco outros capítulos estão reunidos na terceira parte, tratando das técnicas geográficas e suas aplicações. Os autores tratam da difusão (C. Raffestin), análise quantitativa (H. Beguin), cartografia (Cr. Hussy), teledetecção (J. Wilmet) e geografia aplicada (A. S. Bailly).

"*Les concepts de la Géographie Humaine*" é aconselhável por se constituir em obra de manuseio simples e de fácil consulta. Embora os textos surjam sob a forma de artigos, o índice dos conceitos viabiliza rapidamente encontrar o local da definição principal e as páginas em que o referido conceito é utilizado nas demais contribuições. Mas o leitor não deve ter a pretensão de nesse volume encontrar todos os conceitos utilizados pela Geografia Humana.

3. AN INTRODUCTION TO URBAN GEOGRAPHY

John R. Short
Routledge and Kegan Paul, Londres, 1984, 259 pp.

É extremamente agradável verificar a preocupação que se está demonstrando com a clareza expositiva e praticabilidade nos livros textos de Geografia, endereçados aos cursos universitários, mormente pelos autores de língua inglesa. Simultaneamente, alia-se o cuidado gráfico na apresentação da obra, executado pelas diversas editoras. *An introduction to Urban Geography* representa mais um exemplo dessas tendências editoriais.

Quando o autor começa a redigir um livro texto ele está estimulado por dois referenciais: a) insatisfação perante as obras existentes, e potencialmente podendo fazer algo mais adequado, e b) atender uma clientela, tendo em vista um determinado padrão de leitor. No caso da insatisfação, Short considera que os livros existentes, em geral, têm caráter paroquial em seu conteúdo e limitação em sua abrangência, pois são raros os que procuram combinar a conscientização do quadro urbano exterior ao cenário americano com uma apreciação do contexto social no modo de vida urbano, e que comumente se salienta a estrutura urbana em detrimento dos processos sociais. Dessa maneira, esse seu livro é "tentativa para tornar os estudantes conscientes da variedade nas condições urbanas e introduzi-los em algumas das relações operantes entre o espaço e a sociedade". Qual seria o leitor ideal para essa obra? Short responde dizendo que "o meu leitor ideal é aquele que chega a este livro com mente inquisidora ávida de aprender e relutante em aceitar respostas fáceis. Ao escrever este livro não presumia que os leitores tivessem cursado disciplinas, embora seja relevante que possuam conhecimentos gerais em ciências sociais. Através da leitura eu desejo que o leitor se torne mais interessado no trabalho já realizado e no trabalho que necessita ser feito nessa área. Espero ter fornecido alimento suficiente para o pensamento e estimulado a curiosidade. Finalmente, o meu leitor ideal deveria terminar a leitura com o sentimento de desapontado com o livro. Todos os livros textos são simplesmente parciais, porque procuram cobrir o conhecimento existente em um determinado ponto do tempo, mas a realidade está se transformando continuamente. O livro é um relatório de batalha, não uma saudação à vitória. A campanha continua".

A primeira parte procura delinear o cenário da Geografia Urbana, definindo os termos básicos e descrevendo as características das cidades antigas, clássicas, mercantis e industriais e as transformações urbanas que atualmente estão se processando. A segunda parte analisa o sistema urba-

no, mostrando as relações entre os sistemas urbanos e o desenvolvimento econômico, a dinâmica e o manejo dos sistemas urbanos.

A estrutura interna das cidades é o tema da terceira parte, que é a mais longa e reúne cinco capítulos e 120 páginas. Os capítulos focalizam as cidades sob diversos ângulos analíticos, considerando-as como locais de trabalho, como residência, investimento e palco da arena política, além de mostrar as questões ligadas com o movimento e transporte de mercadoria e pessoas nas áreas urbanas. A última parte tem conotação humanística e ambiental, mostrando as relações das pessoas com o meio ambiente urbano, onde se analisa a percepção e as atividades na cidade e se caracteriza a cidade como unidade ecológica.

Gráficos, cartogramas e fotos ilustram e documentam os diversos itens estudados. Em cada capítulo há indicações de bibliografias para leituras complementares e entremeio de textos dirigidos especificadamente para salientar aspectos conceituais e técnicos existentes nos trabalhos de Geografia Urbana. Perante a bibliografia geográfica, indiscutivelmente o livro de John Short constitui um bom livro texto introdutório destinado ao ensino da Geografia Urbana.

4. ECONOMIC GEOGRAPHY

Terry R. Williams (organizador)
Longman Group Ltd., Londres, 1984, 296 pp.

Na Inglaterra, com a criação do Business Education Council, surgiram novas necessidades ligadas com o ensino da Geografia Econômica, cuja proposição solicitava novos cursos e a introdução de novas abordagens. A fim de atender essa demanda e desafio, a Seção de Educação da Associação Geográfica reuniu um grupo de seus membros, sob a coordenação de Terry Williams, e os trabalhos resultaram na elaboração do livro *Economic Geography*. Como obra coletiva destinada ao ensino secundário e universitário há clareza e estruturação dos itens em vista desses objetivos, no texto dos diversos módulos. Há tratamento de vários setores da Geografia Econômica, mas a área de focalização regional é representada pelo Reino Unido, e a descrição e análise empírica dos casos sempre envolve os exemplos dessa unidade regional.

O primeiro capítulo trata do povoamento e da análise dos lugares centrais, e satisfatoriamente introduz o leitor à compreensão das várias teorias e conceitos. O segundo capítulo sucintamente abrange os vários aspectos dos padrões de uso do solo urbano, incluindo considerações sobre o desenvolvimento contemporâneo, enquanto o terceiro focaliza a problemática da regionalização e da necessidade prática de se caracterizar a existência das regiões. O estudo dos recursos naturais, dos recursos populacionais, da atividade econômica geral e das redes de transporte sobre o Reino Unido são os temas dos capítulos seguintes. Os capítulos oitavo e nono mostram as relações do Reino Unido com o Mercado Comum Europeu e com Terceiro Mundo, enquanto o capítulo final apresenta exemplos mundiais a propósito do tema ligado ao comércio e crescimento econômico.

Os capítulos encontram-se entremeados de exercícios e os exemplos ilustram, com sucesso, a relevância dos estudos geográficos para a tomada de decisões no âmbito comercial e econômico. As relações bibliográficas no final de cada capítulo são pequenas e restritas a obras de interesse para o caso do Reino Unido. Ao lado de um tratamento geral sobre os temas, os autores introduzem várias técnicas quantitativas e modelos conceituais necessários à compreensão dos problemas analisados no âmbito da Geografia Econômica. É livro que satisfaz às diretrizes estabelecidas para os cursos

do B.E.C., mas que serve como material de referência aos cursos universitários introdutórios a essa disciplina geográfica.

5. TRANSPORT GEOGRAPHY

H. P. White e M. I. Senior
Longman Group Ltd., Londres, 1983, 224 pp.

Entre os vários setores componentes da Geografia Econômica, é curioso verificar a relativa pequena importância dada aos estudos dos transportes. Nas três obras gerais, analisadas nesta comunicação, a geografia dos transportes praticamente está ignorada nas obras de Claval e Bailly, mas recebe um capítulo na obra de Williams, onde apenas se menciona um livro texto específico sobre esse assunto. Mas Short a integra devidamente no contexto de Geografia Urbana. Se houve uma expansão muito grande no tratamento dos aspectos morfológicos das redes, o estudo dos fluxos e dos movimentos de pessoas e mercadorias, a comunidade geográfica sente a dispersão dessa literatura e a carência de livros textos destinados ao ensino universitário, e mesmo de obras recentes sistematizadoras do conhecimento adquirido a respeito da Geografia dos transportes. Um ponto referencial para atualização continua sendo os relatórios anuais inseridos na revista *Progress in Human Geography*, desde 1977 mas ausente nos volumes de 1982 e 1983. Os poucos manuais existentes, em língua francesa ou inglesa, são quando muito da década de setenta. Por essa razão, é oportuno assinalar a publicação da obra *Transport Geography*, de White e Senior, destinada a ser usada como livro texto introdutório nos cursos de graduação.

O livro articula-se em três partes dedicadas, respectivamente, ao estudo dos fatores básicos responsáveis pelo movimento do tráfego e pelas redes de transporte, às análises locais e à aplicação de procedimentos quantitativos à Geografia dos transportes. A abordagem sistemática é a predominante na focalização dos assuntos, em vez da tradicional abordagem descritiva regional.

Na primeira parte encontra-se o enfoque sobre os fatores atuantes no sistema dos transportes, tratando sucessivamente do histórico, tecnológico, físico, econômico, político e social. Um breve capítulo é dedicado à morfologia dos diversos modos de transporte. A segunda parte versa sobre os estudos locais, dedicada a analisar vários temas e relações emergentes na Geografia contemporânea, em função dos transportes, direcionando atenção para as relações entre os transportes e a localização das atividades econômicas, a localização dos núcleos de transportes, desde os portos até aos aeroportos. Dois significativos capítulos abordam as questões dos transportes no cenário urbano e no Terceiro Mundo, enquanto o último desta parte analisa as transformações geográficas nos padrões de transporte acontecidas desde 1950, tecendo considerações sobre a tecnologia intermodal e sobre as novidades do transporte marítimo.

A terceira parte discute os procedimentos quantitativos aplicados ao planejamento dos transportes, apresentando técnicas necessárias e úteis à análise e previsão das demandas de tráfego, tais como a de regressão, probabilidade, modelos de gravidade e teoria das redes. Essa parte foi especialmente redigida por Senior, que explica detalhadamente a relevância desses procedimentos, mas cuja leitura pressupõe um conhecimento adquirido, embora introdutório, de bases estatísticas e matemáticas. Em vista da sua focalização, esta parte ganha certa independência em relação às duas anteriores.

Transport Geography é livro texto redigido com cuidado didático, visando atingir os cursos introdutórios dessa disciplina. Há bibliografia muito boa, que engloba os trabalhos recentes e os relacionados com as técnicas que vêm sendo utilizadas. As 48 figuras são simples, claras e expressivas. No con-

texto do ensino universitário brasileiro, essa obra ganha interesse aos cursos de licenciatura (em virtude das duas primeiras partes) e bacharelado (em virtude da terceira parte) em Geografia, assim como aos interessados em economia, planejamento regional e política (pelo aspecto das tomadas de decisão).

6. METALLIC MINERAL MINING: AN INTRODUCTORY ANALYSIS

T. Richards

Causeway Books Ltd, Ormskirk, 1984, 129 pp.

Os impactos relacionados com a mineração dos minerais metálicos são visíveis nas mais diversas regiões do globo, e praticamente muitos aspectos das atividades econômicas, tais como construções, industrialização, transportes e agricultura, são dependentes do uso de metais. A listagem dos metais importantes é longa, mas satisfatoriamente podem ser classificados em metais industriais, estratégicos e preciosos.

Em virtude das suas propriedades e características, os metais exerceram função importante no desenvolvimento tecnológico. A extração e processamento dos metais interconectam-se numa atividade industrial de suma importância, com características geográficas específicas. Com a finalidade de introduzir no ensino secundário o estudo das relações entre a disponibilidade dos recursos e a influência dos fatores econômicos, sociais e políticos na exploração mineral, Richards elaborou volume onde combina a exposição teórica com o estudo de casos. Após assinalar as perspectivas gerais da mineração, através da comparação internacional da produção e da focalização geopolítica, o autor expõe os aspectos de um modelo explicativo simples para a mineração de metais. Na terceira parte focaliza vários exemplos da mineração de metais industriais, estratégicos e preciosos, salientando a crescente importância geopolítica da mineração nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O volume também inclui textos suplementares, exercícios de revisão e dados e respostas às questões formuladas.

Trata-se, evidentemente, de obra útil ao ensino dos problemas geográficos concernentes à exploração dos recursos minerais no ensino secundário, mas que não deixa de ter interesse aos alunos e professores do ensino universitário.

ANTONIO CHRISTOFOLETTI

GEOGRAFIA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Geografia, 10(19): 214-220, abril 1985.

Uma grande parcela do globo terrestre não preenche os requisitos e os padrões considerados viáveis para os "países desenvolvidos". Essa situação mundial é alarmante, preocupando cada vez mais os estudiosos, que procuram diagnosticar as causas, os processos e oferecer soluções para romper ou diminuir esse desequilíbrio. Seria utópico desejar que todos compartilhassem o mesmo padrão de vida, pois isso exigiria homogeneidade de civilização, com as sociedades expressando a mesma cultura, necessidades e valores. Entretanto, no mínimo, é preciso criar condições para que os padrões de vida e bem estar satisfatórios para a vivência dos povos (e não para simples sobrevivência) fossem algo mais concreto e disponível aos grupos e sociedades humanas. Na literatura geográfica amiúde surgem

trabalhos analisando questões gerais ou aspectos específicos sobre esse grande conjunto sócio-econômico. Quatro obras são aqui referenciadas.

1. GEOGRAFIA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Yves Lacoste

Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1985, 335 p. (7.^a edição refundida)

Geografia do Subdesenvolvimento é uma obra clássica para o estudo das questões que envolvem o subdesenvolvimento de vários países do globo. Lançada em 1965, rapidamente conquistou lugar de destaque entre os acadêmicos e entre quantos lutam para vencer as agruras que afligem as populações dos países subdesenvolvidos.

Pesquisador incansável, exigente e batalhador, Yves Lacoste não deixa de tomar posições perante as questões sócio-econômicas e políticas. Levando em consideração o acúmulo do conhecimento sobre os aspectos do subdesenvolvimento e sua experiência pessoal adquirida em vários países, mormente em Cuba e no Vietnã, efetuou uma revisão completa da obra, introduzindo modificações na estrutura dos capítulos e em todo o texto. Houve reformulação no posicionamento e na argumentação sobre muitos problemas e características do subdesenvolvimento. Lacoste explicitamente assinala que "desejaria chamar a atenção sobre o fato de que entre o texto da primeira e o desta edição não existem somente diferenças metodológicas no que pertence à Geografia, mas também diferenças políticas que não são menores. Evidentemente, após mais de dez anos, muitas coisas se passaram no mundo e no Terceiro Mundo e isso bastaria para explicar as transformações que julgo indispensáveis em minha análise". Assim, a redação ganhou maior fluência e vibração, denotando o calor humano que emana de pessoa engajada em participar da solução das questões que detecta e analisa. Todas essas mudanças surgiram na edição francesa de 1982 (Presses Universitaires de France, Paris) e ora traduzida para a língua portuguesa por Eduardo de Almeida Navarro e Wilson dos Santos.

Iniciando com séria advertência crítica e autocrítica, Lacoste preocupa-se com a definição precisa da noção de subdesenvolvimento e, a seguir, analisa os problemas relacionados com a expansão das necessidades individuais e das aspirações coletivas, crescimento demográfico, desemprego, problemas agrícolas e agrários, crescimento urbano e industrialização. Na sua perspectiva crítica caracteriza o subdesenvolvimento como sendo crise dialética e chega à construção e explicação da carta geográfica do Terceiro Mundo e dos países subdesenvolvidos.

Lacoste não assume posição negativista nem desesperadora. Embora reconhecendo a gravidade da situação, transmite alento e enuncia a estratégia para enfrentar e resolver essa problemática. No último parágrafo dessa obra, lembra-nos que "atribuir todas as dificuldades dos países subdesenvolvidos ao colonialismo, ao imperialismo, encarado como uma força externa, é ajudar a camuflar o papel essencial que os privilegiados autóctones têm desempenhado desde a conquista colonial, desde a independência, e que continuam a exercer cada vez mais ativamente na atualidade. A única maneira de lutar contra o imperialismo é, no quadro de cada Estado, de cada nação, lutar para se livrar das minorias privilegiadas".

2. THE GEOGRAPHY OF UNDERDEVELOPMENT

D. K. Forbes

Croom Helm Ltd., Londres, 1984, 214 pp.

Embora possua o mesmo título da obra anteriormente mencionada (a de Y. Lacoste), a estruturação da obra de D. K. Forbes expressa uma perspectiva muito diferente. Se ambos os autores admitem que a "Geografia do

desenvolvimento e do subdesenvolvimento” ampliou-se consideravelmente nas últimas duas décadas, Forbes mostra que já está no momento de ganhar autonomia e tornar-se setor significativo no campo da ciência geográfica. É preciso que seus objetivos no ensino e na pesquisa sejam expostos de maneira clara, e que surjam manuais destinados a concatenar as teorias e informações dispersas nos documentos e nas variadas fontes bibliográficas. Esse posicionamento poderá ser alvo de alguns debates, a fim de verificar se a “Geografia do Subdesenvolvimento” é um novo setor temático ou se representa uma maneira de se trabalhar e fazer, de modo prático e consciente, uma Geografia Regional transformada e revigorada.

A finalidade dessa obra é traçar um quadro abrangente dos estudos sobre o subdesenvolvimento. Forbes assinala que “não é livro sobre os padrões geográficos do subdesenvolvimento *per se*, mas sobre as maneiras pelas quais os geógrafos têm visto e interpretado os processos associados com tais padrões. Todavia, não está preocupado em fazer uma revisão geral de toda a literatura que os geógrafos escreveram ou produziram. Esse volume representa uma visão pessoal e está cheio de idiossincrasias ligadas a uma interpretação pessoal. O livro reflete a minha fé na Geografia, a despeito das origens ignominiosas dos interesses dos geógrafos no subdesenvolvimento. Acentua a importância do espaço e lugar na interpretação do subdesenvolvimento e demonstra a significância dos debates contemporâneos na Geografia Humana para a constante e necessária reelaboração das explicações. “Na organização desse volume três argumentos básicos estão interconectados: a) a importância de uma compreensão do contexto histórico e social do conhecimento para uma Geografia do subdesenvolvimento; b) a adoção, por parte de Forbes, da abordagem radical à Geografia do subdesenvolvimento, e c) lutar para que o foco de pesquisa sobre o subdesenvolvimento se distancie de seus vínculos com a Economia Política, pois “uma visão estreitamente economicista, com sua focalização característica sobre a produção, precisa ser incorporada e suplantada por uma abordagem que saliente a reprodução social”.

The Geography of Underdevelopment está principalmente preocupada com as teorias, mas contém material empírico a propósito do Terceiro Mundo, a fim de subsidiar as proposições teóricas. Examina cuidadosamente a emergência das teorias do subdesenvolvimento e considera as várias *escolas* teóricas contemporâneas, de fundamentação marxista, positivista e humanística.

É obra erudita, bem redigida, com argumentação coesa e documentada. Através das três seções principais, o leitor é levado pelas sendas das abordagens tradicionais e radicais, até uma posição reflexiva mais amadurecida sobre a Geografia do subdesenvolvimento. A primeira parte posiciona as teorias do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e da modernização em seu contexto histórico, assim como o quadro de evolução e interesse da própria Geografia. A segunda parte, através da perspectiva das teorias radicais, tece considerações críticas particularmente sobre a Economia Política do subdesenvolvimento. Na terceira parte, intitulada “regionalismo, urbanização e subdesenvolvimento”, Forbes reúne capítulos nos quais, questionando as perspectivas da abordagem ortodoxa e da Economia Política, expõe justificativas para transladar o foco de pesquisa sobre o subdesenvolvimento, tornando mais ténues os seus laços com a referida Economia Política. No capítulo sexto (*Social theory and regional uneven development*) propicia excelente quadro argumentativo sobre a necessidade de uma perspectiva estruturalista, com base no conceito de *estruturacão*. Forbes encontra caminho para solucionar a natureza da determinação no e através do espaço, mostrando sua aplicabilidade em dois aspectos particulares da Geografia sobre os países do Terceiro Mundo: o problema da migração, circulação e urbanização na Indonésia e na questão dos conflitos e classe nas áreas urbanas. Há ênfase contínua sobre os aspectos de espaço e lugar, e exem-

plificação da importância da abordagem contextual, que só recentemente vem sendo valorizada nos estudos geográficos, mormente nos trabalhos de V. Berdoulay (veja resenha no *Bol. Geog. Teorética*, vol 12, n.º 23-24, 1982). Forbes, também, habilmente mostra a necessidade de se investigar o comportamento humano em determinados contextos espaciais.

Em virtude da abordagem apresentada, a obra de Forbes adquire a condição de ser leitura básica para desinteressados em questões do Terceiro Mundo e do subdesenvolvimento. Todavia, não tem a estrutura de livro texto destinado aos cursos de graduação; ao contrário, é obra que pressupõe um leitor já ciente da problemática e possuidor de relativa abundância de informações sobre o assunto. Mas pode e deve ser devidamente utilizada pelos professores em seus cursos de graduação e pós-graduação.

3. CIRCULATION IN THIRD WORLD COUNTRIES

R. Mansell Prothero e Murray Chapman (organizadores)
Routledge and Kegan Paul, Londres, 1985, 473 pp.

As pessoas estão em constante movimento. Esses movimentos, definidos no espaço e no tempo, envolvem deslocamentos e fluxos recíprocos. Os deslocamentos inserem-se nos movimentos de migração, enquanto os fluxos recíprocos enquadram-se nos de circulação. Essa coletânea reúne ensaios a propósito da circulação, onde as pessoas saem de suas residências para outros pontos, por período de duração variável, mas finalmente a elas retornam. O foco de saída e de chegada é sempre a residência, nessa trajetória tempo-espacial, representando a característica fundamental da circulação.

R. Mansell Prothero (Departamento de Geografia da Universidade de Liverpool) e Murray Chapman (Departamento de Geografia da Universidade de Havaí) organizaram volume destinado a estudar os diversos tipos de circulação que ocorrem nos países do Terceiro Mundo. Se os geógrafos fizeram contribuições significativas sobre o assunto, e metade dos ensaios reunidos nessa coletânea é da lavra desses especialistas, muitas análises fundamentais afloram das pesquisas feitas pelos antropólogos, sociólogos, demógrafos e economistas. Na verdade, o tema da circulação é multi-disciplinar. No ensaio que abre o volume, Prothero e Chapman focalizam os temas sobre a circulação nos países do Terceiro Mundo, assinalando a evolução histórica, a tipologia e as características dessas categorias. Uma preocupação dos autores é sobre a inexistência de uma terminologia aceitável sobre o estudo dos movimentos de população. Se “mobilidade da população” ou “movimento da população” é termo geral usado para o fluxo territorial de pessoas, a distinção crítica entre *migração* e *circulação*, os dois tipos principais de mobilidade da população, denota se há ou não retorno ao local de origem.

As dezenove outras contribuições foram grupadas em quatro perspectivas básicas, nominadas de: holísticas, ecológicas, sociais e econômicas. O leitor deve estar ciente que essa classificação é meramente organizacional, pois “inevitavelmente há superposição na abordagem, metodologia e substância”. Em quase todos os ensaios há considerações sobre os efeitos diretos ou indiretos dos fatores ecológicos ou políticos sobre a circulação, e comentários substanciais sobre as influências dos fatores sociais e econômicos.

As contribuições reunidas no conjunto da perspectiva holística tocam temas abrangentes sobre a circulação, embora estejam baseadas em pesquisas de campo e na experiência dos seus autores. J. Clyde Mitchell analisa uma sociologia situacional da circulação de salários-trabalhos (“wage-labour”), definindo que “a circulação do trabalho é o processo no qual as pessoas periodicamente deixam sua residência permanente em busca de empregos assalariados em lugares muito distantes para lhes permitir a comutação diária, permanecendo nesses centros de trabalho por períodos

longos e, então, retornam a seus lares". H. Olofson estuda a circulação dos povos de língua Hausa, do norte da Nigéria, para centros distantes das suas antigas cidades, examinando os movimentos em função das idéias de conformidade ou desacordo com as normas da sociedade Hausa. Esse estudo utiliza uma visão *êmica* (examinando os termos da linguagem Hausa para os diferentes tipos de mobilidade) e uma visão *ética* (relacionando-os então às categorias usadas pelos pesquisadores ocidentais). G. J. Hugo estuda a mobilidade rural-urbana nas comunidades de Java ocidental, enquanto R. Skeldon examina as mudanças que ocorreram na mobilidade das comunidades rurais do Peru meridional, em épocas antigas e mais recentes, e confrontando tais mudanças com aquelas que estão acontecendo no presente.

Várias formas de circulação envolvem a exploração de recursos sob contextos ambientais diferentes. Os quatro estudos da parte ecológica analisam exemplos em que os vários aspectos do meio ambiente físico incidem como principais obstáculos ou incentivos para os movimentos de circulação. J. T. Peterson descreve os circuitos dos coletores-caçadores da tribo Agta, no norte da ilha de Luzon (Filipinas), em vista das condições do meio ambiente físico, e cuja mobilidade reflete um compromisso entre as necessidades individuais de movimentação e a coesão do grupo. Entre os povos Duru, do interior de Oman, tradicionalmente envolvidos no comércio de camelos, S. Birks mostra como os padrões tradicionais da transumância foram controlados pelas variações sazonais impiedosas das condições ambientais. Jim e Linda Belote examinam o exemplo dos povos indígenas da área de Saraguro, nos Andes centrais do sul do Equador, cuja economia está baseada na atividade pastoril e no cultivo de culturas de subsistência. Nessa área os movimentos de circulação fazem-se entre os diversos níveis altitudinais, em movimentação de sentido vertical. K. Swindell analisa a circulação agrícola sazonal dos agricultores forasteiros ("Strange Farmers") no norte de Gâmbia, que envolve um ou mais grupos localizados em várias partes da África Ocidental e que se movimentam para Gâmbia, em virtude da demanda de trabalho, para o cultivo de amendoim. A "estranheza" desses cultivadores reside no fato de serem homens adultos, circulando desacompanhados de seus dependentes.

As contribuições inseridas na terceira parte, ligadas com a perspectiva social, discutem as relações entre a circulação e a estrutura social na qual acontecem os movimentos, focalizando tais alterações com referência às formas diferentes de organização, e sob variadas escalas de tratamento. L. Brydon examina as relações entre circulação e sociedade numa micro-escala, tomando como exemplo os movimentos da família Avatime, entre 1900 e 1977, localizada na região Volta, em Gana. Numa escala internacional, D. I. Marshall estuda os movimentos de residentes em Havaí para as Bahamas, cuja fragmentação não impede a circulação inter-arquipélago no Caribe, em exemplo que mostra como os haitianos devem coabitar, nas Bahamas mais próspera, com diversos problemas de ordem física, cultural e política, em virtude do caráter ilegal dessa mobilidade. Adotando tratamento de tradição humanística, S. M. Bhardwaj analisa as peregrinações religiosas na Índia considerando a circulação intra-continental e de escala local e mostrando que a escala e a estratificação social influenciam os padrões da circulação. W. T. S. Gould examina a circulação dos escolares e estudantes em vários tipos de escolas na África oriental, mostrando como as diferenças nas atitudes políticas e na ideologia adotadas em Uganda, Quênia e Tanzânia repercutem na localização das instituições educacionais e na sua estrutura interna. Por seu turno, S. Mukherji estuda a circulação em função da procura de trabalho na Índia, em exemplos que variam da escala local à nacional, com base em seus trabalhos de campo e na ampla gama de documentos. O cenário que o autor traça é depressivo, numa sociedade dependente e em processo de indigência.

A parte destinada à perspectiva econômica reúne seis trabalhos. A. P.

Wood descreve o povoamento da franja pioneira da zona florestal de Illubabor, no sudoeste da Nigéria, e mostra o caráter da circulação que ocorre nessa área. Esse trabalho serve de exemplo para a Geografia idealista, em função de procurar recompor os motivos e as intenções que os circulantes possuíam quando de seus movimentos. Os mercados indígenas são locais valiosos para a distribuição de produtos, mas também para a troca de idéias e informações e para a difusão de inovações econômicas e opiniões políticas. Dessa maneira, R. Bromsley exemplifica o padrão da circulação nos mercados periódicos e diários nos planaltos do Equador, assim como a organização hierárquica desses centros. A circulação ligada a determinada atividade profissional recebe a atenção de G. T. Ashton, que estuda a circulação dos sapateiros entre as pequenas cidades mexicanas da região do Yucatam, em suas consequências profissionais, sociais e comportamentais. Estudando a mobilidade das áreas rurais na África oriental, W. Elkan chama atenção sobre as consequências políticas desses movimentos que possivelmente atuam no processo de formação do proletariado, enquanto Sydney e Alice Goldstein examinam os aspectos da permanência do movimento rural-urbano, na Tailândia. No último trabalho E. M. K. Douglas estuda os movimentos dos trabalhadores dos diversos pequenos países das ilhas do Pacífico sul para a Nova Zelândia, examinando no contexto da oferta e regulamentos impostos pelo governo neo-zelandês. Quando as mudanças no controle político e nos regulamentos da imigração são consideradas em demanda do trabalho as peculiaridades para cada país e a legislação e seu contexto histórico, torna-se possível classificar os circulantes das ilhas do Pacífico sul, na Nova Zelândia, em várias categorias: visitantes, convidados, residentes temporários e colonos.

Através desses esboço rápido percebe-se a riqueza de informações contidas na coletânea organizada por Prothero e Chapman, a propósito da circulação nos países do Terceiro Mundo, em obra que reúne perspectivas variadas perante um tema complexo e multi-disciplinar.

4. THE POLITICAL ECONOMY OF SOIL EROSION IN DEVELOPING COUNTRIES

Piers Blaikie

Longman Group Ltd., Londres, 1985, 188 pp.

A série *Longman Development Studies*, coordenada por D. J. Dwyer, da Universidade de Keele, tem o objetivo de ser formada por textos concisos, introdutórios, tratando sobre temas ligados ao desenvolvimento e endereçados ao público estudantil e universitário dos países em desenvolvimento. O primeiro volume foi editado em 1985, de autoria de Piers Blaikie.

Blaikie considera que há três fontes principais de incerteza no debate sobre a deterioração ambiental na escala mundial. A primeira surge da dificuldade de se obter mensurações acuradas e generalizadas da deterioração ambiental em um período de tempo suficiente para indicar as tendências da transformação. A segunda reside na dificuldade de se isolar os efeitos da ação antrópica sobre a erosão dos solos e nas taxas de sedimentação, das consequências advindas de oscilações climáticas e dos demais processos de erosão "naturais". A terceira advém da existência de diversas focalizações analíticas a respeito da deterioração ambiental, e em particular da erosão dos solos. As diversas categorias de cientistas (pedólogos, geógrafos, geólogos, historiadores, políticos, sociólogos, economistas, etc.) possuem perspectivas diferentes para focalizar o assunto, com determinadas regras em seus discursos analíticos. Também há envolvimento de julgamentos políticos diferentes, que geralmente permanecem implícitos e não examinados. Em vista dessas três fontes, Blaikie tem o objetivo de focalizar

a terceira, tornando "explícitas as pressuposições subjacentes que são usadas no debate sobre a erosão dos solos".

Esse livro restringe-se ao problema da erosão dos solos nos países menos desenvolvidos, porque é "nesse conjunto que são mais agudos os processos coletivamente denominado de *subdesenvolvimento*, e a degradação ambiental é um dentre eles". Dessa maneira, Blaikie assevera que a "degradação ambiental é vista como um *resultado* do subdesenvolvimento (da pobreza, desigualdade e exploração), um *sintoma* do subdesenvolvimento e uma *causa* do subdesenvolvimento (contribuindo para o fracasso da produção, investimentos e produtividade da terra). Outro aspecto importante desse livro reside no fato de que, se a erosão do solo não é somente um processo ambiental, mas também um processo social e político econômico, atenção significativa deve ser direcionada às maneiras e pressuposições de como funciona a "economia política". Nessa abordagem bastante fluida, o autor evita usar as informações da erosão e conservação do solo como elementos de base para uma crítica polêmica contra o sistema econômico mundial.

Após definir a problemática da erosão dos solos, Blaikie faz uma revisão das técnicas e das políticas adotadas e mostra as razões que usualmente contribuem para o fracasso dessas políticas. Ao sugerir uma nova abordagem o autor entrosa a significância dos elementos físicos e sociais da localidade com os processos de atuação mais genérica, como as relações de produção sob as quais a terra é usada, e com os interesses de classes no problema da erosão e conservação dos solos. No capítulo sexto explicita-se a apresentação de um modelo heurístico e formal para explicar como e porque os decisores individuais (fazendeiros, pecuaristas e outros usuários da terra) podem ocasionar a erosão dos solos. Em sequência, no capítulo seguinte, são examinadas as estruturas e processos político-econômicos subjacentes ao modelo, ligados aos usos da terra, relações sociais de produção e de troca. No geral, a integração dos agricultores dos países menos desenvolvidos na economia mundial envolve deslocamentos, e frequentemente confinamentos a uma pequena área territorial, como resultado de incentivos para produzir em vista do mercado ou trabalhar nas minas e nas *plantations*. No final, Blaikie estuda as grandes empresas usuárias da terra, tais como as *plantations*, companhia de exploração florestal, fazendas pecuaristas e fazendas estatais, cujo poder político os torna mais ou menos imunes à interferência dos governos.

A estrutura e a abordagem utilizadas por Piers Blaikie, da Universidade de East Anglia, são estimulantes para o esclarecimento da problemática, pois é pioneiro ao utilizar os instrumentos da análise social a fim de considerar as razões envolventes que levam ao fracasso os diversos programas de conservação. Ao entrosar o foco da questão sobre a erosão dos solos com os seus aspectos funcionais ambientais (do quadro físico) e dos aspectos da organização sócio-econômica e uso das terras, há exposição de exemplo mostrando as relações que interligam a natureza e a sociedade. Não resta dúvida de que, nesse tipo de abordagem, as conotações explicativas e interpretativas acabam sendo temas de longos e acalorados debates. Aconselhamos, pois, sua leitura a todos os que se interessam pelos problemas relacionados com o uso das terras e com o meio ambiente.

ANTONIO CRISTOFOLETTI

GEOGRAFIA POLITICA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Geografia, 10(19) : 220-226, abril 1985.

A Geografia Política vai retomando o seu vigor entre os setores sistemáticos da ciência geográfica, e esse retorno está sendo marcado pelos surti-

mento de livros textos e de obras analisando temas sobre o envolvimento que a Geografia deve ter frente aos problemas do mundo hodierno. Nesta comunicação procura-se registrar a publicação de cinco obras.

1. POLITICAL, ELECTORAL AND SPATIAL SYSTEMS

R. J. Johnston

Oxford University Press, Oxford, 1979, 221 p.

Em volume organizado como livro texto aos cursos universitários, R. J. Johnston insere na literatura da Geografia política uma integração da análise dos sistemas político, eleitoral e espacial a fim de esclarecer como a análise geográfica pode contribuir para a compreensão das origens e perpetuação das desigualdades sociais. O texto possui clareza e coesão, com encadeamento muito satisfatório entre as suas diversas unidades.

Na primeira parte há exposição a propósito da conceituação da Geografia do bem estar social e da perspectiva sistêmica, além da definição do sistema político. Em sequência, na segunda parte, os dois capítulos destinam-se a focalizar os aspectos dos governos locais e das eleições, em que "os votos são transladados em cadeiras nos órgãos políticos representativos". A terceira parte objetiva mostrar a funcionalidade dos sistemas, estudando as variações e os padrões espaciais nos gastos dos locais, enquanto a última parte trata da reorganização dos referidos sistemas, assinalando temas gerais e exemplificando casos de mudanças no governo local das Ilhas Britânicas e América do Norte, assim como sobre a manipulação e reorganização dos sistemas eleitorais.

Em suma, essa obra de Johnston desenvolve-se em torno de dois temas básicos ligados com as variações espaciais nos níveis do bem estar social: a) o de que a quantidade de investimento que o governo decide implantar em uma área é parcialmente função da situação eleitoral nela existente, e b) que tanto as áreas como as suas situações eleitorais podem ser manipuladas por ações políticas. Toda a argumentação e evidências para os dois temas foram discutidas no contexto dos dois sistemas básicos distinguidos pelo autor: o do governo local e o eleitoral.

2. GEOGRAPHY AND THE STATE: AN ESSAY IN POLITICAL GEOGRAPHY.

R. J. Johnston

The Macmillan Press, Londres, 1982, 283 p.

Partindo da verificação de que os geógrafos não desenvolveram nem adotaram qualquer teoria viável sobre o Estado, e que essa deficiência faz com que suas análises sejam incompletas, R. J. Johnston apresenta o esquema de uma abordagem teórica direcionada para o estudo do Estado e de suas ações. O autor explicita que a obra "é contribuição para a perspectiva da Geografia política, e não *uma* Geografia política". Johnston acata o ponto de vista de P. J. Taylor, o de que "não pode existir uma teoria geográfica política distinta, mas somente uma perspectiva político-geográfica dentro do contexto mais amplo da economia política: não há subdisciplina de Geografia Política". Assim, o livro expõe uma perspectiva político-geográfica sobre a Economia política do Estado, e se constitui em contribuição que assume as características expositivas de debate acadêmico, pois muitos não concordarão com suas posições e generalizações teóricas.

R. J. Johnston considera que "a tarefa primeira do geógrafo humano é considerar o mundo como ele o percebe, com referências particular à variabilidade espacial dentro desse mundo. Todavia, as distribuições percebidas

não se autoexplicam. A busca de explicações deve ser baseada nos processos que geram as distribuições, e nas tomadas de decisões em cujo contexto estão os processos que produzem as observadas realizações particulares. Surge aqui o duplo interesse nas teorias do Estado e nas teorias da ação do Estado. No conjunto das ciências sociais, a perspectiva geográfica é profundamente empírica, mas as suas explicações devem ser derivadas teoricamente". Em decorrência, procurando situar o Estado na posição correta de ser o centro da Geografia política, o autor considera impossível compreender a Geografia política sem compreender a centralidade do Estado e as suas ações.

O livro está dividido em seis capítulos. Na introdução discute-se a razão pela qual o Estado é importante para a pesquisa geográfica, focalizando a amplitude da soberania e a grandeza das funções realizadas pelo aparato estatal. Os dois capítulos seguintes estudam a natureza, funções e evolução do Estado moderno, enquanto o capítulo quarto assinala que não podemos compreender o papel do Estado e das decisões que são feitas sem considerá-lo na estrutura da economia mundial contemporânea. O capítulo quinto considera as relações do Estado-nação focalizando o nacionalismo e apresentando considerações mais detalhadas sobre as teorias econométricas, mas sem deixar de abordar temas das relações centro-periféria, colonialismo, neocolonialismo, movimentos separatistas, pluralismo e questões ambientais. O capítulo final focaliza a questão do Estado local, tecendo considerações sobre a natureza do Estado local, as relações entre centro o Estado local e sobre as tentativas para construir teorias a respeito do Estado local.

Todo o envolvimento dessa obra está restrita ao mundo capitalista, porque Johnston considera que o Estado moderno evoluiu acompanhando a evolução do modo capitalista de produção, e que o Estado soberano é o principal ator na economia do mundo capitalista. O sistema capitalista não poderia sobreviver sem o Estado, porque o modo de produção capitalista necessita de uma superestrutura política. De alguma forma, o "Estado foi uma parte inevitável da evolução da sociedade capitalista, sendo necessário como um meio para propiciar as condições para a acumulação próspera pelos indivíduos" (p. 262).

3. AN INTRODUCTION TO POLITICAL GEOGRAPHY

John R. Short

Routledge and Kegan Paul, Londres, 1982, 193 pp.

O objetivo maior procurado por John R. Short, na elaboração desse livro, é diminuir o desequilíbrio na Geografia humana contemporânea, procurando fazer uma análise mais explícita dos processos políticos e econômicos. Esse objetivo baseia-se em duas pressuposições: a) a de que o objeto de estudo tradicional da Geografia — a análise das relações entre pessoas e natureza, pessoas e espaço, pessoas e lugar — não pode ser separado das considerações políticas; e b) muitos estudos geográficos esterilizaram o espaço, abstraindo as estruturas e os processos espaciais de seu contexto social maior. Esse livro está baseado na crença de que uma compreensão plena da sociedade não pode ser conseguida sem que haja a análise dos liames que interligam as estruturas espaciais, os processos políticos e os sistemas econômicos". A fim de se posicionar teoricamente, Short utiliza dos conceitos recentes da economia política e da teoria social crítica para explicar as interrelações entre processos políticos e estruturas espaciais.

O livro consiste de três partes, cada uma contendo dois capítulos. A primeira parte examina a geografia política da ordem mundial, e os seus capítulos focalizam temas envolvidos em duas coordenadas: o desenvolvimento desigual que se estabelece na divisão Norte-Sul, e no desenvolvimento das

superpotências que se refletem no jogo ideológico e geopolítico entre Leste e Oeste. A segunda parte versa sobre o Estado-nação, e os capítulos tratam das relações entre o Estado e a economia mundial e das conexões entre Estado, espaço e economia. Há discussão sobre as várias teorias sobre os Estados capitalistas e exposição e propósito dos países do Terceiro Mundo e dos socialistas. Ao focalizar a nação-estado como entidade espacial, Short discute no item sobre o nacionalismo como as várias teorias do desenvolvimento desigual são cruciais para se compreender a sua manutenção, tanto no nível do Estado como no nível do sub-Estado. A terceira parte examina a questão dos governos locais, detalhando particularmente os casos da Grã Bretanha e dos Estados Unidos, e discutindo vários temas gerais a propósito da forma e funções no Estado local nos países capitalistas avançados, tais como as relações entre centro e governo local, a amplitude da autonomia local e as tentativas para se construir uma teoria do Estado local.

Reconhecendo a importância dos processos econômicos e políticos para se entender e explicar as organizações espaciais, o livro de John Short apresenta-se como leitura estimulante e livro texto satisfatório para os cursos de graduação em Geografia. Embora os títulos das partes sejam os tradicionais, a focalização do texto demonstra um posicionamento mais vibrante em torno das questões ligadas com a Geografia política.

4. UNEVEN DEVELOPMENT

Neil Smith

Basil Blackwell, Oxford, 1984, 198 pp.

Ao iniciar a sua introdução, Neil Smith assinala que "este livro trata da Geografia da política e da política da Geografia. Tenta integrar duas tradições intelectuais, que só recentemente passaram a se beneficiar dos resultados advindos de uma fertilização-cruzada. Se em substância e exposição o trabalho é teórico, a sua motivação é quase imediata. Difícilmente se pode olhar para o mundo de hoje sem perceber que, nas mãos do capital, as duas últimas décadas testemunharam uma reestruturação emergente do espaço geográfico mais dramática do que em qualquer época do passado. A desindustrialização e o declínio regional, a geotricificação e o crescimento metropolitano, a industrialização do Terceiro Mundo e uma nova divisão internacional do trabalho, nacionalismo crescente e uma nova geopolítica de guerra — todos esses aspectos não são desenvolvimentos separados mas sintomas de uma transformação muito profunda na Geografia do capitalismo. O objetivo desta contribuição é esclarecer a lógica teórica que dirige essa reestruturação do espaço geográfico".

Deve-se esclarecer que a primeira tradição é a da Geografia acadêmica, que fornece os conceitos do espaço geográfico e do meio ambiente, assim como a análise das relações espaciais na superfície terrestre. A segunda tradição é a da análise política da sociedade capitalista. Nas palavras de N Smith, "a teoria marxista é explicitamente histórica, e isso constitui uma das suas principais forças. A teoria marxista tenta explicar as específicas estruturas econômica, social e política da sociedade em determinado período como sendo o resultado, não de forças supostamente universais, mas de processos historicamente específicos e contingentes" (p. x) ... "Outro aspecto vantajoso da teoria marxista é sua perspectiva relacional, tratando a sociedade capitalista como um todo coerente em vez de aglomerado de fragmentos" ... "Mas o que ela ganha em sensibilidade histórica ele perde em sensibilidade geográfica talvez porque, apesar da sua abordagem holística, os marxistas tenderam a aceitar a tradicional concepção burguesa do espaço como sendo separado do da sociedade".

No âmbito da literatura geográfica desenvolvida sob as premissas da teoria

marxista, sobretudo na que examina a "geografia do capitalismo", há tratamento crescente do processo relacionado com o *desenvolvimento desigual*, mormente na última década, que é considerado como a marca distintiva do capitalismo e oriunda de seu aspecto estrutural. Em sua exposição, N. Smith considera, então, que "os padrões geográficos resultantes do desenvolvimento desigual são determinados e específicos do capitalismo. Em seu nível fundamental, como desejo mostrar, o desenvolvimento desigual deriva especificamente de tendências opostas, inerentes ao capital, para que haja diferenciação e equalização simultânea dos níveis e condições de produção... O padrão resultante na paisagem é bem conhecido: desenvolvimento num polo e subdesenvolvimento no outro, e isso acontece nas mais variadas escalas espaciais". Em consequência, surge a necessidade de se discutir os processos de produção do espaço e de produção da natureza.

A estruturação da obra de Neil Smith é simples e satisfatória. Após tratar da ideologia da natureza o autor procura focalizar os rudimentos de uma concepção alternativa a respeito das relações com a natureza, examinando os processos de sua formação.¹ No capítulo terceiro são examinadas as relações entre o espaço e a natureza, história e capital para, depois, expor considerações sobre a produção do espaço e a teoria marxista, verificando as proposições de Lefebvre, Marx, Luxemburg e Lenin.

Os capítulos quarto e quinto são consagrados à proposição de uma teoria do desenvolvimento desigual, abordando inicialmente os processos de diferenciação e equalização e as suas relações com a acumulação e circulação do capital. A argumentação exposta fornece bases para o quinto capítulo, que apresenta uma teoria geral do desenvolvimento desigual, iniciando pela análise das possibilidades do equilíbrio espacial e das escalas espaciais do capital. Três escalas são usadas como exemplos: na escala urbana, os contrastes entre o centro e os subúrbios; na escala regional, algumas áreas são subdesenvolvidas quando comparadas com outras na economia nacional; e na escala mundial a economia dos países varia de maneira grandiosa. No desenvolvimento de sua teoria, N. Smith fundamenta-se e acata o procedimento lógico-histórico utilizado por Marx, principalmente em "*O Capital*".

Essa contribuição de Neil Smith constitui o primeiro tratamento abrangente sobre o desenvolvimento desigual, tema que atraiu a atenção de vários pesquisadores nos últimos anos. Deve-se indiscutivelmente concordar que o texto é franco, sem circunlóquios, claramente redigido e provocativo. No contexto da teoria de base marxista, muito bem documentado, coeso e integrativo. Uma contribuição que não deve passar despercebida aos interessados na problemática concernente aos países do Terceiro Mundo.

5. POLITICAL GEOGRAPHY

Peter J. Taylor
Longman Group, Londres, 1985, 238 pp.

Utilizando da perspectiva de compor uma Geografia política dos sistemas mundiais, através da exposição das idéias em contexto radical, de uma economia política holística, Peter J. Taylor reinterpreta as antigas como as recentes "geografias políticas" em termos dos sistemas mundiais. Numa abordagem inovativa combina o melhor da Geografia política tradicional com as contribuições radicais significativas da última década, elaborando um livro texto abrangente e atualizado a respeito desse campo de análise

¹ O texto do segundo capítulo, "A produção da natureza" já se encontra disponível em língua portuguesa, publicado na revista *Geografia* volume 9, n.º 17-18, 1984.

geográfica. Embora predominantemente voltado para a aplicação da visão dos sistemas mundiais, esse livro também oferece estrutura satisfatória para interpretar os fenômenos políticos e a sua expressividade geográfica em diversas escalas, como na mundial, nação-estado e localidade.

Ao analisar os problemas na escala mundial Taylor considera que a situação atual é uma ocorrência que se posiciona ao longo da história, mas que não assume a categoria da singularidade. É apenas um caso entre os muitos que compõem a população dos fatos políticos da história mundial, e há envolvimento muito grande no entrelaçamento e continuidade dos fenômenos, pois "os problemas e questões mundiais hodiernas devem ser consideradas à luz dos processos passados". Uma questão decorrente relaciona-se com a de que "até onde se deve retroceder para traçarmos os aspectos mundiais, e essa questão não é trivial. Qualquer decisão sobre onde começar verificar a fim de explicar a emergência do mundo atual será baseada sobre uma teoria, implícita ou explícita, a respeito da natureza do mundo moderno".

Peter Taylor fundamenta a abordagem dos sistemas mundiais para a Geografia política nas obras de I. Wallerstein e, após a composição de matriz tempo-espacial da economia mundial, examina a sua dinâmica no esquema dos ciclos de Kondratieff e nas ondas logísticas. Além das categorias de *core* (explorador) e *periferia* (explorado), Taylor distingue a de *semi-periferia*, onde se mesclam exploradores e explorados. Esse esquema tríplice de categorias é aplicado à ideologia, "que funciona separando a experiência da realidade". Assim, a experiência se consubstancia na escala da localidade, enquanto a realidade se expressa na da economia mundial. Entre ambas situa-se a ideologia, que funciona na escala da nação-estado.

O segundo capítulo estabelece uma reformulação da geopolítica e inicialmente, considerando o aspecto de que "a teoria do pesquisador invariavelmente se ajusta às necessidades particulares do seu país", faz um apanhado dessa herança ideológica, para depois analisar o mapa geopolítico de Rokkan, a política mundial dos longos ciclos de Modelski e propor o modelo dinâmico de hegemonia e rivalidade. Ao finalizar o capítulo examina as estruturas atuais e futuras da geopolítica, interpretando o sistema mundial da URSS e assinalando as geopolíticas alternativas do futuro.

Na abordagem dos sistemas mundiais o imperialismo é mais que um problema histórico, e Taylor lamenta e explica a negligência analítica dos geógrafos sobre esse assunto. O capítulo terceiro, dedicado à "Geografia do imperialismo", apresenta apanhado das várias teorias clássicas sobre o imperialismo e a interpretação da abordagem dos sistemas mundiais. Considerando que "o imperialismo é uma relação de dominância entre o centro e a periferia", e utilizando do modelo dinâmico de hegemonia e rivalidade, o autor descreve e exemplifica as características do imperialismo formal e informal, baseado no critério de que "o primeiro envolve controle político do território da periferia, além da exploração econômica".

"Território, Estado e Nação" é o tema do quarto capítulo, analisando os aspectos da estrutura espacial e da territorialidade, as diversas teorias propostas sobre o Estado e as doutrinas e práticas do nacionalismo. Os dois capítulos finais apresentam panoramas lúcidos e satisfatórios a propósito da Geografia eleitoral e da Geografia política das localidades. Dessa maneira, Taylor engloba a estruturação do seu livro nas três escalas relevantes de análise dos fenômenos políticos.

Deve-se assinalar a cuidadosa atenção dedicada à estruturação do texto e à redação, que se expressa numa integração dos itens e na clareza expositiva. Ao utilizar abordagem inovadora o autor conseguiu equilíbrio satisfatório entre as várias tendências e perspectivas e fornece ao leitor um livro texto muito bom ao nível dos cursos de graduação, colocando à disponibilidade dos professores instrumentos adequados à revitalização da Geografia

Política nos currículos acadêmicos. Na execução dessa meta, a contribuição de Peter Taylor, da Universidade de Newcastle upon Tyne, alia-se às obras publicadas por vários outros geógrafos especialistas.

ANTONIO CRISTOFOLETTI

REGIONALIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E GEOGRAFIA REGIONAL

Geografia, 10(19): 226-230, abril 1985.

O estudo das regiões e o envolvimento com os problemas de regionalização e de planejamento são assuntos candentes na comunidade geográfica, sempre recebendo atenção dos profissionais. Se a abordagem regional foi alvo de severas críticas no contexto da literatura geográfica, não resta dúvida que essa temática não deve ser olvidada e pode-se registrar o surgimento de obras tratando da sistematização regional e da revitalização expositiva e analítica de casos. Algumas contribuições são registradas nesta oportunidade.

1. *REGIONS IN QUESTION: SPACE, DEVELOPMENT THEORY AND REGIONAL POLICY.*

Charles Gore
Methuen & Co., Londres, 1984, 290 p.

Na elaboração dessa obra, Charles Gore procurou atingir dois objetivos: a) oferecer uma introdução às teorias de desenvolvimento urbano, rural e regional que são usadas para racionalizar a política regional nos países em desenvolvimento, e b) elaborar argumentação mostrando as falácias dessas teorias. Esse procedimento não é contraditório, mas representa uma posição crítica em vista da temática do desenvolvimento regional e a procura de perspectiva mais coerente e esclarecida. Esse entrosamento entre tese e anti-tese baseia-se no fato de que o espaço normalmente é fator ignorado nos estudos sobre desenvolvimento, ou é considerado de modo inadequado quando se procura analisar os aspectos espaciais das transformações sócio-econômicas.

A cuidadosa organização faz com que esse livro seja guia conciso para a literatura do desenvolvimento regional, pois em vários capítulos há exposição clara das idéias fundamentais e princípios teóricos. Através dessa sequência expositiva o autor procura mostrar os princípios sobre os processos de desenvolvimento que nortearam o trabalho dos teóricos regionais e as influências que tais princípios tiveram em sua aplicação no contexto espacial.

Em sua exposição Gore escolheu o encaminhamento da análise teórica e não a da descrição dos casos observados nos trabalhos de pesquisa. Os estudos empíricos são utilizados à medida em que são necessários para exemplificar os enunciados teóricos, mas não ganham supremacia no transcurso do texto. Essa opção baseia-se na experiência pessoal do autor, pois assinala que "a maneira pela qual as questões são colocadas predetermina os tipos de respostas que podem ser derivados". As maneiras de se colocar questões empíricas sobre desenvolvimento urbano, rural e regional estão assentadas em concepções diferentes do espaço, e tais concepções colocam limites específicos para as conclusões que podem ser obtidas. Então, é possível ver como se deve colocar questões sobre mudanças sociais e econômicas, de modo que levem em consideração o espaço".

Após a introdução, que apresenta a inserção da tese espacial no contexto da ciência regional, economia espacial e geografia teórica, o livro encontra-se estruturado em três partes. A primeira considera os objetivos da política regional e os capítulos examinam os padrões espaciais que normalmente são regulados como sendo "problemas políticos" para os países em desenvolvimento, tais como os padrões de disparidades regionais, o crescimento urbano e o tamanho das metrópoles nacionais e as disparidades nos padrões rurais-urbanos. Gore lembra-nos que a "perspectiva de que esses padrões espaciais constituem problemas, que necessitam receber a intervenção do planejamento, baseia-se no argumento sugerindo que tais padrões espaciais têm implicações sócio-econômicas adversas para o Estado nacional e que, sem a intervenção do planejamento, os padrões espaciais irão persistir".

Se a primeira parte expõe principalmente avaliações normativas dos padrões espaciais, a segunda introduz contribuições importante para a teoria do desenvolvimento regional, identificando os conceitos básicos que fundamentam as estratégias rivais de planejamento regional e mostrando como elas foram aplicadas no contexto espacial. É excelente revisão das explicações aventadas para o desenvolvimento urbano e regional, examinando as bases teóricas das várias estratégias sugeridas para promover uma distribuição espacial supostamente mais desejável das atividades, renda e população nos países em desenvolvimento. Assim, o capítulo terceiro dedica atenção às estratégias dos polos de crescimento urbano-industrial e à difusão da modernização, com a exposição das idéias de vários pesquisadores, enquanto o quarto capítulo resume as diversas proposições situadas como anti-teses a respeito das teorias de polarização. Entre elas encontra-se a concepção dos dois circuitos da economia urbana, proposta por Milton Santos. O capítulo quinto expõe algumas das estratégias neo-populistas de desenvolvimento regional.

Se as duas primeiras partes assumem realce expositivo, a terceira ganha plena conotação crítica. As proposições e estratégias anteriormente apresentadas são retomadas e retrabalhadas, considerando a maneira pela qual o espaço integra as explicações aventadas pelas estratégias rivais. Recebendo o título de "a pobreza do tema separatista regional", os seus capítulos analisam o espaço e a explicação na teoria de desenvolvimento regional, as limitações da política espacial e do planejamento regional do território e, em conclusão, as relações entre Estado, desenvolvimento e prática do planejamento regional.

Richard Gore, através de cuidadosa análise da literatura, argumenta que a influência do planejamento regional no Terceiro Mundo deve ser avaliada em termos de sua utilidade, e não do seu *status* científico. No capítulo final, ao reformular as relações entre espaço e desenvolvimento, observa que o planejamento regional deve ser considerado como sendo escólicas políticas, isto é, "como opções que irão favorecer ou prejudicar os interesses de grupos particulares no seio da sociedade". Em sua reinterpretação, Richard Gore assinala que a "teoria do desenvolvimento regional, como campo separado de conhecimento, deixa de existir. A tarefa de compreender a espacialidade da mudança nos países em desenvolvimento torna-se a missão para os teóricos do desenvolvimento". E nesse campo de ação, empírico ou teórico, não se pode olvidar a contribuição dos geógrafos.

2. *REGIONE E REGIONALIZZAZIONE*

Angelo Turco (organizador)
Franco Angeli Editora, Milão, 1984, 303 pp.

O Grupo de Trabalho sobre "Teoria e Métodos de Regionalização", da Associação de Geógrafos Italianos, organizou um colóquio internacional

a respeito de "Região e regionalização na pesquisa e na prática espacial contemporânea", que foi realizado em junho de 1983, na cidade de Verona. As comunicações apresentadas nesse colóquio estão publicadas no volume organizado por Angelo Turco.

A primeira parte engloba dois trabalhos que assinalam o caminhar da região à regionalização. Adalberto Vallega ("Dalla regione alla regionalizzazione: avanzamento teórico e nodi concettuali") mostra as características da nova posição intelectual e a aplicabilidade da teoria dos sistemas, enquanto Roger Brunet ("La regionalizzazione: essenza o gestione dello spazio?") expõe a estrutura das regiões e os seus princípios espaciais. A segunda parte, que trata do espaço não regionalizado, inclui as contribuições de Claude Raffestin ("Territorializzazione, deterritorializzazione e informazione") e Angelo Turco (Lo spazio non-regionalizzato: una versione sistemica"), nos quais se considera a importância das relações informativas na organização espacial e a da presença de sentido integrativo na formação geográfica de um sistema regional.

Uma questão muito debatida reside na consideração de que se a unidade regional constitui um objeto existente, concreto e discreto, e sobre as maneiras de analisá-lo e procedimentos de verificação. Esse tema não foi esquecido em Verona. A terceira parte versa sobre a metodologia regional como procedimento de verificação e falsificação empírica e reúne os trabalhos de Jean Bernard Racine e Antonio Cunha ("Dalle teorie al metodo: soggettivismo dell'obiettività scientifica ed "effetto Edipo" nella definizione operativa delle regioni spaziali") e de Gabriele Zanetto ("Teoria della regionalizzazione e verifica quantitativa: problemi e prospettive"). São dois trabalhos significativos que tratam da definição do objeto, das suas limitações e das questões de operacionalidade na análise científica desses problemas. A quarta parte focaliza exemplos aplicativos da teoria regional, com as contribuições apresentadas por Piergiorgio Landini ("Individuazione e valutazione dei parametri applicativi nel processo di regionalizzazione geografica") e Maria Tinacci Mossello ("I flussi migratori come parametri di regionalizzazione"). Na quinta parte, dedicada à avaliação crítica e horizontes futuros, encontramos considerações a propósito da prática atual ligada com a regionalização e sobre as linhas de pesquisa e problemas a serem trabalhados. Os dois capítulos foram elaborados por Carlo da Pozzo ("Teoria e prassi della regionalizzazione: ipotesi aperte") e Adalberto Vallega ("Assiomatologia regionale e regionalizzazione").

Englobando comunicações teóricas e práticas sobre a análise regional e processos de regionalização, esse volume constitui uma fonte muito útil e significativa para os profissionais dedicados à geografia e ao planejamento regional. Há que parabenizar a Associação de Geógrafos Italianos por incentivar as reuniões dos seus Grupos de Trabalho, propiciando oportunidade para obras desse gabarito.

3. AN INTRODUCTION TO RURAL SETTLEMENT PLANNING

Paul J. Cloke
Methuen & Co., Londres, 1983, 380 p.

Esta obra tem a característica de ser um panorama geral e análise detalhada do planejamento do povoamento rural, incluindo informações básicas para um volume introdutório e, ao mesmo tempo, apresentando debates específicos e por vezes intrincados a respeito de aspectos particulares de áreas rurais e dos processos de planejamento. A fim de alertar e orientar o interessado, o autor estabeleceu um guia de leitura para o leitor, conforme as diversas linhas de interesse.

Paul Cloke, do Departamento de Geografia de Lempeter, e'aborou um tratamento estruturado e global dos principais temas relacionados com o planejamento rural, que se constitui no primeiro volume abrangente e informativo sobre a teoria, prática e política desse setor. Os capítulos iniciais expõem um *background* das tendências sócio-econômicas, dos fundamentos sobre as diversas teorias propostas para o planejamento rural e sobre a legislação governamental existente na Grã Bretanha. A seguir alguns capítulos fazem estudos do planejamento rural ao nível escalar dos condados, revendo os planos de desenvolvimento, as atitudes políticas e o estabelecimento de uma abordagem política sobre a questão, e aos estudos detalhados de alocação dos recursos rurais, expondo a prática do planejamento rural, a implementação política, o planejamento local em áreas rurais e a descrição de casos especiais. No capítulo final há considerações a propósito do futuro das comunidades rurais e sobre as necessidades de planejamento.

O autor utilizou de grande variedade de textos e expõe uma extensa bibliografia, na qual predominam as citações ligadas com o contexto britânico. A organização estrutural é satisfatória e a linguagem, apesar de especificamente acadêmica, é clara sem ser sobrecarregada de jargões e terminologia técnica. Há numerosas ilustrações (mapas, gráficos e tabelas) e a descrição de muitos estudos de casos. Esses aspectos, aliados com a boa apresentação gráfica, fazem desse volume um bom livro texto a respeito do planejamento rural.

4. SCANDINAVIA: A NEW GEOGRAPHY

Brian John
Longman Group Ltd., Londres, 1984, 365 p.

O livro texto de geografia regional sobre a Escandinávia, elaborado por Brian John, está organizado em cinco partes. A primeira considera o meio ambiente escandinavo, cujos capítulos analisam o meio ambiente físico (geologia, geomorfologia, solos, clima e vegetação) e o cultural, interpretando esse conceito de acordo com a perspectiva humanística. Deve-se destacar o tratamento destinado aos aspectos físicos da Escandinávia, fato raro hoje em dia nas obras de geografia regional. A segunda parte, que é a mais longa do livro, trata das expressões espaciais da economia humana. Os capítulos focalizam temas familiares aos geógrafos, relacionados com as atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias. Um capítulo especial trata dos serviços, enquanto três outros analisam os padrões de vida do povoamento rural, do povoamento urbano e dos problemas de recreação e proteção do meio ambiente. São três capítulos que estudam o impacto da mentalidade urbano-industrial sobre os padrões de vida.

As desigualdades regionais constituem o tema da terceira parte, que analisa os conflitos reais e potenciais entre os interesses nacionais e os da comunidade. Há diferenças entre os interesses da escala nacional e os que participam da vivência diária dos habitantes e das comunidades. Vários tipos de julgamentos de valor territorial vão surgindo quando se considera os conceitos de *heartland* e *core*, periferia e zona transicional, frentes pioneiras e fronteiras. A quarta parte consiste de quatro breves estudos locais, desenvolvidos por estudantes e equipes de pesquisa em seus projetos de análise de casos. A parte final do livro analisa a unidade e tensão, focalizando algumas características da vida escandinava que surgem em função da cooperação e da competição dos Estados entre si e como parcela do mundo Nórdico.

Na leitura dessa obra, mais importante do que assinalar observações sobre aspectos escandinavos é salientar a perspectiva e o posicionamento do autor em face das obras de análise regional. Em primeiro lugar, Brian John salienta o seu envolvimento com o mundo escandinavo e com a geografia, e torna-se útil transcrever o seu depoimento: "My personal view of Scandinavia is full of passions and prejudices, subjective assessments and value judgements. If you, the reader, feel that such things have no place in modern geography, you may find this book subversive. If you feel that geography is a subject which seeks explanatory statements which are as universal as possible, and that true explanation can only be achieved through scientific methodology, you may find the book reactionary. I ask you to accept that this is an *honest* book. It is a book which represents geography as I see it, incorporating a multitude of internal contradictions and structural weaknesses and yet imbued with a fatal fascination for those who must ask questions about the face of the earth. My version of Scandinavian geography contains no reactions against the status quo, and neither does it represent an attempt to be 'radical'. Rather, it is a forward-looking affirmation of a set values which are going to demand more and more attention from geographers during the remainder of this century".

Não há dúvida de que a obra foi planejada, pesquisada e escrita com muito cuidado, a fim de tentar retratar as paisagens da Escandinávia e captar algo da personalidade das paisagens e comunidades em escalas diferentes. Os vinte e três capítulos foram redigidos de modo que vários temas marcassem presença constante na mente do autor, tais como meio ambiente e cultura, avaliação de recursos e atividades econômicas, padrões de vida e desigualdades regionais.

A perspectiva geográfica dominante relaciona-se com a humanística, e ela se expressa por um conjunto de valores que não são familiares e comuns no contexto da análise regional. Brian John esclarece que seu posicionamento, "baseado em muitos enunciados da subjetividade, é tão válido como a inatingível meta chamada objetividade, que os valores espirituais possuem um lugar na geografia e que a percepção pessoal do mundo não é a posição mais baixa na escala da experiência, mas sim a mais alta. Tenho pouco respeito para com os valores quase sagrados da nossa sociedade urbano-industrial, e a visão de uma sociedade *tecnocrática* apavora-me. Juntamente com muitos outros geógrafos, tais como as figuras de David Lowenthal e Anne Buttner, estou cada vez mais atraído por uma geografia que coloca sua focalização maior sobre a autenticidade e experiência pessoal, e sobre o reconhecimento e apreciação da personalidade". Em consequência, ao valorizar essa vivência, o envolvimento pessoal ganha maior intensidade quando em pequenas escalas. Brian John acredita que o "pequeno é válido", e faz dois enunciados como princípios básicos para a estruturação de seu livro:

"a) a vida rural e as comunidades de pequena escala são relevantes e até objetos vitalmente importantes do interesse geográfico;

b) uma metodologia geográfica que envolve estudantes e professores na experiência sensitiva direta de seus ambientes circundantes é mais válida que uma metodologia baseada sobre a acumulação e análise de dados de segunda mão".

A obra de Brian John, em suma, representa uma contribuição válida para se fazer a geografia regional em termos da perspectiva humanística, e fornece uma imagem bastante sensitiva sobre os países escandinavos da atualidade.

ANTONIO CRISTOFOLETTI

CRIME URBANO E GEOGRAFIA APLICADA

Geografia, 10(19) : 231-234, abril 1985.

Geógrafos podem ou devem participar de estudos sobre criminalidade? A questão procura atribuir a estes profissionais mais uma preocupação a partir da constatação de que o caráter crescente da delinquência associado ao aumento do nível de concentração espacial, especialmente nas cidades em crescimento, não pode ficar à margem num campo de conhecimentos profundamente preocupado teoricamente com a organização espacial e, em caráter aplicado, à ordenação territorial.

A criminalidade por seu caráter crescente e cumulativo é elemento cada vez mais constante dos cenários urbanos e, além do problema que representa em si mesma, tem grande correlação com outras características espaciais e com a configuração de diferentes parcelas do território das cidades. Admitir, entretanto, que o interesse dos geógrafos pelo tema seja fruto de seu número significativo seria admitir meia verdade. Um fato é inegável — o crime urbano é um dos sérios problemas sociais das cidades e o interesse da geografia pelo seu estudo deve, antes de qualquer coisa, vincular-se a uma reorientação da própria ciência que busca, à luz de teorizações diversas, explicar as múltiplas desigualdades espaciais.

No texto sobre "The Geography of Urban Crime", D. Herbert* oferece a oportunidade de avaliar esta modalidade de desigualdade espacial urbana — a desigualdade da criminalidade —, polarizada em dois pontos: quem tem o risco de se tornar criminoso e quem tem igual risco de sofrer os efeitos da delinquência. Em resumo, os espaços de ofendidos e os dos ofensores.

O livro é composto de seis capítulos, mas antes de qualquer outra observação, é importante identificar o que ele se propõe a oferecer e quais as grandes conexões que procura desenvolver. Três grandes linhas impõem ao texto sua unidade: uma primeira, envolvendo o estudo dos dados e das fontes para o estudo da criminalidade, abordada concentradamente no primeiro capítulo, mas presente nos demais; uma segunda, mais importante que a primeira, levantando aspectos sobre as interfaces entre a geografia e os tradicionais estudos de criminologia; a terceira, procurando destacar o estudo da criminalidade urbana considerando a dimensão espacial sob a forma de padrões de áreas de ocorrências de criminalidade e áreas de vivência dos delinquentes.

Se é importante estudar a criminalidade no âmbito da geografia deve-se iniciar seu estudo pelos dados para que se possa ser competente na avaliação do alcance de cada um ou sobre sua dubiedade. Assim, o tema inicial da trilogia, detalhado no capítulo inicial, assume grande importância. De um lado, por evidenciar as dificuldades oferecidas pelos dados para os estudos de criminalidade, e, principalmente, de outro, por envolver-se com um tema relevante mas ainda não adequadamente considerado na ciência: o dos dados e suas fontes. Consumidores de dados secundários, os geógrafos ainda não se ajustaram corretamente à relevância das questões referentes à coleta e, especialmente, à análise crítica dos dados. Mesmo que outras razões inexistissem para que no texto considerações críticas sobre fontes e dados fossem feitas, o insistente recurso à descrição gráfica foi fator provocador da situação.

Uma deficiência fundamental foi mostrada: a vulnerabilidade dos registros de criminalidade quanto à codificação dos mesmos e sua subordinação

* HERBERT, D. — *The Geography of Urban Crime*, Longman, Londres, 1982, 120 p.

a conceitos e parâmetros, que variam de uma área para outra ou de uma região para outra. A sub-enumeração da criminalidade é outro problema que deve ser enfrentado pelo geógrafo, pois se é difícil deixar-se de registrar crimes violentos, suas áreas e condições de ocorrência, é muito impreciso o registro de certas modalidades de crimes onde o ofendido deixa de registrá-lo, como são os crimes sexuais ou o simples roubo de talões de cheques nas ruas das cidades. Acresce-se também a sub-enumeração referente a eventos que envolvem menores, grupos sócio-econômicos de baixa renda, mulheres jovens, minorias étnicas, etc...

Embora procure se envolver com a questão da produção de estatísticas de criminalidade para uso de geógrafos, o capítulo não detalha, embora seja uma proposta, a questão da espacialização destes dados. Isto se converte numa dificuldade para o leitor e para o geógrafo esperançoso de solucionar a questão. Também, apesar de essencial, o capítulo omite a discussão do que é crime e do que é criminoso, justamente por não poder oferecer uma resposta satisfatória a uma questão delimitada de forma muito variável, segundo países ou regiões.

O capítulo segundo é o mais importante de todo o texto, uma vez que devemos considerar que reflexões teóricas sobre criminalidade em geografia são raras. Nele são exibidas as interfaces entre a geografia e a criminologia, em termos de teorias e conceitos. A criminologia é mostrada em sua longa história de contribuições, desde aquelas de Beccaria (1764) ou de Lombroso (1875), até as de Trasler (1963), enquanto a geografia apenas possui incursões sobre o tema a partir dos anos 70, com o crescimento da geografia denominada humanística.

Igualmente é mostrada, embora não exemplificada, a questão da incorporação dos estudos sobre padrões espaciais — espaços e lugares — às teorias e pesquisas desenvolvidas em caráter recente pela criminologia. Mas isto é uma exceção, pois o aporte dos geógrafos aos criminologistas é pequeno, o que pode facilmente ser comprovado na bibliografia existente. Esta e ampla em termos de quantidade e de datação, mas a contribuição geográfica é bastante restrita se comparada ao volumoso trabalho dos criminologistas ou de sociólogos.

Do confronto efetuado um aspecto destacou-se como significativo: o reconhecimento, em geografia, de que os processos espaciais não são em si mesmos processos explanatórios e frequentemente se necessita utilizar de explicações com base em elementos sociais, políticos ou econômicos. A proposição mais importante para os geógrafos está na recomendação de que a elaboração de uma geografia da criminalidade deve envolver três níveis diversos: aquele referente à produção dos crimes; o relativos aos espaços dos crimes e o da distribuição dos crimes face aos processos alocativos que, gerando desigualdades também espaciais (de natureza, política, econômica, social, etc.), contribuem para o aparecimento ou aumento da criminalidade.

A análise espacial da criminalidade, tanto do ponto de vista dos criminosos quanto do das vítimas, compõe um conjunto formado pelos capítulos terceiro (Abordagem areal e ecológica do estudo do crime), quarto (Padrões das ofensas a vulnerabilidade dos ambientes), e quinto (Onde os ofensores vivem — o problema das áreas). Em seus aspectos básicos os três estão envolvidos, de maneira teórica ou nos estudos de casos, com a questão espacial da criminalidade. Contudo, é no terceiro que o problema é mais detalhado, sem entretanto oferecer uma caracterização satisfatória para a questão.

A análise por contraste entre a abordagem areal e a ecológica para o estudo do crime é bastante ampla no terceiro capítulo. São mostradas as raízes da escola areal vinculada às representações cartográficas das ocorrências, o que já era feito desde o início do século 19, face à escola ecológica, mais recente, desenvolvida na "Escola de Chicago nas décadas de 20 e 30 deste século. Mais importante que a compreensão de cada uma destas esco-

las é a delimitação do que Herbert denomina de escola geográfica que, para ele, não se confunde com a areal. Suas justificativas partem de uma proposta que estaria emergindo entre as duas escolas anteriores. Assim, a escola geográfica se caracterizaria por considerações mais enfáticas sobre a significância dos processos sócio-políticos, dos conflitos de classes existentes, dos comportamentos, percepções e formas de valorização das áreas envolvidas com a criminalidade, e não apenas através da simples identificação dos lugares de sua ocorrência.

A operacionalização dos estudos espaciais da criminalidade é tema constante dos capítulos quarto e quinto. O primeiro deles avalia os padrões das ofensas face aos ambientes onde ocorrem, desde a escala regional à individual. O aspecto teórico marcante do capítulo está na diferenciação conceitual entre padrões de ofensas e padrões de ofensores (delinquentes). Os primeiros respondendo a oportunidades de estruturas ou de ambientes locais e os segundos relacionados às condições residenciais adversas.

Ainda nesta linha de análise espacial da criminalidade o capítulo subsequente avalia a cidade de Cardiff e propõe uma explanação mais adequada da criminalidade a partir das ligações entre indicadores das condições sociais locais com aqueles referentes às situações estruturais. Neste contexto são também levantados aspectos sobre a emergência de novas áreas de crimes ou a persistência das já existentes. Três propostas surgem para explicar a questão: a primeira relacionada à elevada mobilidade populacional de certas áreas; a segunda vinculando a questão da insuficiência nas facilidades sociais, econômicas e recreacionais para os jovens; a terceira atribuindo a situação à irresponsabilidade dos administradores, especialmente os urbanos, que alocando de forma defeituosa recursos para vários problemas nas cidades acabam por gerar condições para que os problemas ocorram.

Os objetivos do livro são múltiplos e o sexto capítulo se incumbem de estabelecer uma revisão deles, realçando as dificuldades que podem ser encontradas para que se consiga ter, na ciência geográfica, as bases para o estudo do crime nas cidades. Há uma recomendação importante para os geógrafos interessados nestes estudos: é preciso cuidado com as teorias, pois muitas vezes nem todas elas juntas podem explicar tudo. Países como a Suíça não têm conseguido explicar sua criminalidade a partir das desvantagens econômicas ou da pobreza generalizada. Destaque-se aqui também a recomendação quanto ao valor prático destes estudos, a começar pela simples localização de novos distritos policiais. Também outra grande tarefa para o geógrafo estaria na identificação de locais cujos arranjos os tornam vulneráveis a certos tipos de ocorrências. Além do que foi mostrado, algumas linhas adicionais de investigação foram propostas pelo autor: o estudo das vítimas, a geografia da criminalidade no contexto da geografia social urbana, políticas espaciais para redução da criminalidade, alocação de recursos face aos espaços e a criminalidade, etc...

Para os leitores, mesmo os menos afetos às questões desta natureza, o livro oferece um pouco menos daquilo a que se propôs ou que seu título parece indicar. Há aspectos tratados de forma muito sucinta e, de maneira específica para regiões ou cidades predominantemente dos Estados Unidos ou da Inglaterra, o que dificulta a compreensão, pelas mesmas vias, das realidades espaciais sobre criminalidade em cidades do Terceiro Mundo. Há, contudo, em todo ele, um mérito: o de não propor uma teoria única para explicar a questão do crime nos vários cenários urbanos.

O uso da descrição gráfica e da utilização de algumas técnicas estatísticas é também aspecto positivo, embora muitas vezes não se veja a possibilidade de reaplicação imediata dos procedimentos utilizados.

No conjunto, o texto é bastante útil para sociólogos, criminologistas, planejadores e administradores urbanos, pois leva até estes especialistas as preocupações iniciais de um outro campo do conhecimento, com a criminalidade. Quanto aos geógrafos, principal endereço do mesmo, devem ver na

contribuição seu caráter pioneiro para a análise espacial da criminalidade, mas, como pioneiro, não podem deixar de se preocupar com todas as possíveis falhas que ela apresenta.

ODEIBLER SANTO GUIDUGLI

AGRICULTURA NO TERCEIRO MUNDO

Geografia, 10(19): 234-236, abril 1985.

Dentro da série "Advance Economic Geographies" a Bell & Hyman, de Londres, relançou, em 1980, duas obras que interessam à questão agrária do mundo subdesenvolvido: agricultura no Terceiro Mundo: uma análise espacial e agricultura de *plantation*.¹

Embora tratando de temas próximos e localização espacial coincidente, a abordagem das duas obras é sensivelmente diferente. Courtenay adota um partido, de certa forma idiográfico (lembre-se de que o texto original é de 1965) e o explicita quando diz que a base filosófica da obra busca o entendimento das formas e padrões de distribuição da vida econômica, com ênfase maior nas explicações gerais do que na precisão das distribuições.

Analisa, na parte I (cap. 1 e 2), aspectos históricos e teóricos das "plantations" procurando definir o termo, mais de uma maneira operacional que conceitual, e posicionar as "plantations" numa seqüência histórica como a manifestação agrícola do sistema econômico colonial.

A "atualização" do termo "plantation" é feita no capítulo 3 em que se define a "plantation" moderna como aquela que emprega "métodos industriais com propósitos econômicos na busca de retornos, se não ótimos, pelo menos satisfatórios, pela aplicação do que tem sido temporaneamente entendido como procedimentos racionais (especialização e divisão do trabalho, controle, uso de métodos experimentais, melhoria da produtividade, etc.) ... "para a produção de produtos exportáveis para as áreas "core" do mundo". Neste sentido, Courtenay inclui entre as "plantations" modernas as plantações de palmeiras oleaginosas (Malásia), café (Brasil), açúcar (Guianas, Caribe, Fiji e Austrália) que são analisadas na escala mundial, regional e local nos capítulos 4 e 5.

O papel do Estado como mediador entre produtores e compradores de mercadorias através dos esquemas de restrição e dos acordos internacionais ganha destaque no sexto capítulo, no qual se discute o café brasileiro e a política de valorização empreendida pelo governo central através dos estoques reguladores após a crise de superprodução, a borracha malásia e os acordos internacionais do açúcar (nos quais o Brasil não é sequer citado).

"Atividade de inspiração colonial, tradicionalmente orientada para a exportação e geralmente monocultural, atualmente a "plantation" desempenha o papel de "fábrica rural" (e às vezes é uma indústria rural) estreitamente dependente de mercados externos e ligações com o *core* da economia mundial, agora expandido, incluindo o Japão e a URSS, participando desta maneira, do desenvolvimento econômico do terceiro mundo. Dois tipos de plantation merecem destaque na parte II e são discutidos nos capítulos 8 e 9: a borracha natural da Malásia e a produção comercial de chá do Assam (Índia).

¹ W. B. Morgan — *Agriculture in the Third world: a Spatial Analysis*. Londres, Bell & Hyman, 1978 (1.ª ed.), 1980 (reimpressão), 290 páginas.

P. G. Courtenay — *Plantation Agriculture*. Londres, Bell & Hyman, 1980. 2.ª ed. revisada e ampliada (1.ª ed. 1965).

A ênfase dada a estes dois produtos é justificada pela experiência do autor que teve oportunidade de estudá-los "in situ", enquanto outros produtos (o café, por exemplo) são discutidos nos capítulos anteriores com base em bibliografia (no caso brasileiro, com exceção de Celso Furtado, as catorze citações são de autores estrangeiros, brasilianistas provavelmente).

O texto termina com um apêndice sob a forma de tabela extremamente interessante que sumariza, entre 1500 e 1954, a distribuição das "plantations" por produto e por país. A bibliografia é vasta predominando no geral, estudos da Ásia de Sudeste (Malásia) e norte da Austrália.

Morgan é conhecido entre os profissionais da geografia agrária pelo seu livro (em co-autoria com R. J. C. Munton), "*Agricultural Geography*"² e por inúmeros artigos sobre agricultura publicados na imprensa especializada internacional. Somando sua experiência teórica e prática, Morgan apresenta uma análise espacial da agricultura no Terceiro Mundo com o objetivo de identificar e explicar o padrão de arranjo do espaço num setor particular da economia espacial.

Considerando que o espaço age como um filtro para a atividade econômica, Morgan analisa a agricultura do Terceiro Mundo nas escalas mundial, nacional, regional e local que, segundo ele, tem implicações profundas nas mudanças do setor agrícola. Faz interessante revisão crítica dos vários autores que tratam da questão do desenvolvimento da agricultura, posicionando-os em linhas de interpretação que vão de teorias gerais do desenvolvimento econômico a posições dualistas, difusionistas, etc. Tomando um partido claramente sistêmico, Morgan reduz a produção agrícola ao resultado do arranjo sistemático de fluxos de energia, geralmente organizados.

A questão da classificação dos sistemas agrícolas é abordada pelo autor e resolvida através da proposta de uma divisão tendo como critérios o propósito, o tipo de gerenciamento, o empreendimento dominante ou a consideração de empreendimentos do sistema.

Constrói-se, assim, uma classificação com três grandes sistemas (comercial e de subsistência, principalmente de subsistência e principalmente comercial) com subdivisões internas que são amplamente detalhadas no capítulo 2 no qual também é discutida a questão da modernização agrícola que, no Terceiro Mundo, é muito mais dirigida aos agro-exportáveis como decorrência da interferência do Estado ou de agências internacionais, como a FAO, BIRD, etc.

Na escala nacional (capítulo 3), o Estado é tratado por Morgan como "fazendeiro", como regulador da livre decisão do agricultor, como investidor e planejador agrícola, tanto no que interessa a produtos de exportação, quanto àqueles para o mercado interno.

Partindo da colocação que região agrícola é uma área organizada de produção agrícola que se distingue pela especialização ou concentração de alguma prática particular, Morgan discute as regiões agrícolas do Terceiro Mundo (capítulo 4) estabelecendo quatro tipos de padrão de distribuição geográfica: agricultura de subsistência e mercado local, comercial de mercado exterior, comercial de mercado interno e criação. Detalha, entre elas, a região cafeeira brasileira.

Da escala regional Morgan passa à escala local, percorrendo sobre a estrutura espacial dos sistemas de cultivo, questões de manejo e riscos em pequenas e grandes unidades agrícolas e sobre a problemática da fragmentação e parcelização da terra. Como conclusão, o autor chega a que "mudanças na agricultura não podem ser entendidas separadamente do processo

² W. B. Morgan & R. J. C. Munton — *Agricultural Geography*. Londres, Methuen, 1971.

geral de desenvolvimento e podem levar a erros de interpretação se tomadas como guia, tanto da natureza quanto da extensão desse processo", (p. 253). Por outro lado, a maior parte dos aumentos de produtividade da agricultura do Terceiro Mundo tem provocado apenas pequenos aumentos nos rendimentos reais dos produtores a despeito da evidente ampliação da modernização da agricultura.

Graças aos enfoques diferentes, as obras de Courtenay e Morgan complementam-se dando uma visão ampla e abrangente da questão agrária do mundo subdesenvolvido. Logicamente, não se espera encontrar detalhes ou análises profundas de "casos" como o brasileiro (pouco enfatizado nos dois trabalhos), porém a própria abrangência espacial permite vislumbrar características gerais do processo de desenvolvimento e modernização da agricultura como parte do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial.

LÚCIA HELENA O. GERARDI

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA SAÚDE

Geografia, 10(19) : 236-238, abril 1985.

Os estudos de geografia médica mais uma vez foram enriquecidos com a publicação de uma obra de grande valor científico. Trata-se do livro "*Geographical Aspects of Health*", organizado pelo professor Mc-Glashan, da Universidade da Tasmânia, Austrália, e pelo professor Blunden, da Open University, Inglaterra.¹ Esta obra apresenta 21 capítulos, publicados em Inglês, e constitui uma organização cuidadosa de estudos realizados por autores de reputação internacional pertencentes a vários países. Todo o livro é a realização de uma análise ampla e profunda das questões de saúde relacionadas com o ambiente e, por isto, deve agradar a muitos leitores, especialmente os geógrafos e pesquisadores médicos, os cientistas sociais e todos os que se interessam pelos problemas de saúde nas comunidades.

No prefácio os organizadores esclarecem que uma das idéias básicas do livro é mostrar como a geografia médica alcançou a maturidade no período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1980. O livro analisa ainda a evolução regional dos estudos de geografia médica e os principais tipos de trabalhos que atualmente estão sendo realizados em sua frentes de pesquisa. Na Introdução os organizadores analisam as origens da geografia médica moderna e mostram como as suas áreas de estudo evoluíram rapidamente. Também na Introdução há um lúcido resumo do livro, onde os organizadores discutem algumas de suas poucas falhas, como por exemplo a de não conter estudos sobre a geografia médica na União Soviética e na Austrália.

O livro tem três partes bastante distintas. A primeira mostra a evolução da geografia médica em vários países. A segunda apresenta estudos detalhados que constituem valiosa contribuição de diversos geógrafos para a solução de alguns problemas de saúde no mundo. A terceira é uma coletânea de artigos sobre a metodologia em geografia médica. Os capítulos apresentados na primeira parte e os seus respectivos autores são os seguintes: "Andrew Learmonth and the evolution of medical geography — A personal memoir of a career" (J. R. Blunden), "Medical geography in the United Kingdom, 1945-1982" (G. M. Howe e D. R. Philips), "Geomedicine in

Germany, 1952-1982" (H. J. Jusatz), "The geography of health in France and the Benelux countries" (Y. Verhasselt), "Three decades of medical geography in the United States" (G. F. Pyle), "The evolution of medical geography in Canada" (J. P. Thouez), "Developments in medical geography in India" (A. Ramesh) e "Medical geography in Tropical Africa" (R. M. Prothero). Todos esses capítulos, exceto o primeiro, foram elaborados por autores que procuram mostrar a evolução da geografia médica em seus países.

Os estudos apresentados se iniciam com a biografia de Andrew Learmonth, um "guru" da geografia médica moderna, seguindo-se o trabalho de Howe e Philips, que analisa os estudos da geografia médica no Reino Unido e comenta as deficiências desses estudos quando baseados em cartografia. O capítulo seguinte mostra que a maioria dos estudos geomédicos realizados pelos cientistas alemães é feita em termos de totalidades ecológicas, enquanto o capítulo de Verhasselt mostra que os estudos da geografia médica feitos na França, Bélgica e em outros países europeus geralmente têm um enfoque regional e abordam as questões de saúde em termos de áreas rurais e urbanas.

O capítulo de Pyle demonstra que não há equidade no tratamento de saúde da população nos Estados Unidos e isto freqüentemente tem levado os geógrafos médicos norte-americanos a serem apologeticos das camadas sociais mais desfavorecidas do país. Thouez analisa a evolução da geografia médica no Canadá e ressalta a influência dos geógrafos norte-americanos, ingleses e franceses nos estudos geomédicos canadenses. Segundo Ramesh, na Índia a população é desesperadamente pobre e, apesar de apresentar problemas geomédicos em grande escala, suas pesquisas nesse sentido estão apenas no início. Encerrando essa primeira parte do livro, o capítulo de Prothero mostra que, na África Tropical, os conhecimentos da geografia médica são utilizados para racionalizar o uso dos recursos no combate às doenças que se a'astram na população.

A segunda parte do livro apresenta a análise de ampla gama de doenças que constituem alguns dos problemas de saúde mais graves do mundo atual. Os capítulos apresentados e os seus respectivos autores são os seguintes: "Environmental Toxicology in the United States" (M. Greenberg), "Cardiovascular disease in Savannah, Georgia" (M. Mead), "Schizophrenia and ecological structure in Nottingham" (J. A. Giggs), "Health-care problems in north-west Sutherland: a peripheral region of Scotland" (S. Bain), "Cigarette smoking among New Zealanders: evidence from the 1976 census" (L. D. B. Heenan), "Scale in the relationship between behaviour and disease" (R. W. Roundy, L. M. Roundy e T. Nawalinski), "Some reflections on the ecology of dengue haemorrhagic fever in Thailand" (H. Wellmer) e "Primary health care and the epidemiological transition in Nepal" (J. A. Hellen).

Greenberg analisa a intoxicação nos ambientes de trabalho nos Estados Unidos e chama a atenção para o fato de que essa intoxicação está aumentando no mundo todo. O estudo de Mead versa apenas sobre uma área metropolitana, também dos Estados Unidos, porém generaliza suas descobertas criando um modelo que dá conta de todos os fatores que determinam as variações espaciais nos padrões das doenças cardiovasculares. Giggs estuda a esquizofrenia em Nottingham e define um arcabouço espacial específico, nas metrópoles, que contribui diretamente para o agravamento dessa doença. O trabalho de Bain difere dos demais por se referir à zona rural e nele observa-se, principalmente, como as deficiências de transporte e de outros recursos impedem que os benefícios da medicina socializada sejam estendidos às populações do campo.

Os demais capítulos desta parte do livro apresentam estudos sobre alguns dos países menos desenvolvidos no mundo. Heenan analisa as variações espaciais nos hábitos de fumar na Nova Zelândia e sugere que as interven-

¹ N. D. McGlashan e J. R. Blunden (organizadores) — *Geographical Aspects of Health*. Academic Press, London, England. 392 pp., 1983.

ções nesses hábitos devem obedecer essas variações. Nawalinski juntamente com Robert e Lynn Roundy estudam a infestação parasitária nas vilas da Malásia e mostram como as medidas de higiene podem reduzir essa infestação. Wellmer analisa os aspectos ecológicos da febre hemorrágica dengue na Tailândia e Hellen estuda o contexto espacial de um período de transição epidêmica no Nepal. Segundo os organizadores do livro, este estudo de Hellen coloca uma questão fundamental que constitui o grande dilema relativo à saúde no mundo moderno, isto é, que "...better health care and improved survival leads to increasing proportions of elderly and consequently to greater personal and national economic dependency!"

A última parte do livro reúne apenas quatro capítulos relativamente curtos. Esses capítulos e seus respectivos autores são os seguintes: "Research design and methodological problems in the geography of health" (R. J. Stimson), "Changing urban-rural contrasts in the velocity of measles epidemics in an island community" (A. D. Cliff e P. Haggett), "The use of cluster analysis with mortality data" (N. D. Mc Glashan) e "The utility of the relative risk ratio in geographical epidemiology: Hodgkin's disease in Tasmania 1972-1980, a case-control study" (G. G. Giles). No capítulo de Stimson o leitor encontra uma análise bastante criteriosa dos métodos e das estatísticas que atualmente são utilizadas nos estudos de geografia médica. O capítulo de Cliff e Haggett resume seus estudos sobre ondas epidêmicas e coloca bases teóricas que facilitam a compreensão da difusão das epidemias em geral. McGlashan mostra o uso da "análise de cluster" na descoberta de semelhanças entre os padrões geográficos das doenças, especialmente o câncer. Finalmente, Giles sugere que os "cálculos de risco relativo", baseados em questionários individuais, aplicados em estudo de caso controlado, deveriam ser mais utilizados na geografia médica e usa esse método para analisar a incidência da Doença de Hodgkin na Tasmânia.

Além desses capítulos o livro apresenta dois índices: o "Subject index" e o "Statistical methods index". A bibliografia indicada em cada capítulo é muito rica e o livro é ainda enriquecido pela excelente qualidade do papel, da impressão e da capa. Seus capítulos sempre apresentam novas e sugestivas questões, baseadas em dados atualizados e de grande rigor científico, que dão ao leitor clara e ampla visão dos problemas geomédicos existentes no mundo. O tema da implacável determinação ambiental das doenças permeia todo o livro, embora os autores não apoiem uma visão desesperançada ou fatalista das relações entre o homem e o ambiente. Ao contrário, o livro todo ressalta a importância da geografia médica no combate às doenças em vários ambientes e fornece subsídios para solução das questões de saúde em muitos países. Enfim, trata-se de uma obra básica em geografia médica, que oferece um conhecimento extremamente útil a todos que se interessam pelas questões de saúde relacionadas com o ambiente.

WILSON JACOMINI

DESENVOLVIMENTO DE CENTROS COMERCIAIS

Geografia, 10(19): 238-239, abril 1985.

A Longman publicou, em 1983, na coleção *Topics in Applied Geography*, o trabalho de John A. Dawson (da Saint David's University College — Lampeter — England) intitulado *Shopping Centre Development*.¹ O autor

¹ John A. Dawson — *Shopping Centre Development*. Longman, Londres, 1983.

apresenta o seu trabalho em sete capítulos, que estão dispostos da seguinte maneira: 1.º) o crescimento e a expansão dos centros comerciais; 2.º) tipos de centros comerciais; 3.º) o processo de desenvolvimento dos centros comerciais; 4.º) a localização dos centros comerciais; 5.º) o sistema de centros suburbanos tradicionais; 6.º) centros de compras e renovados; e 7.º) os centros comerciais no futuro.

Em linhas gerais, vejamos o conteúdo de cada um deles. No primeiro capítulo — o crescimento e a expansão dos centros comerciais — o autor coloca uma definição geral do objeto de estudo (o centro comercial) seguida de um comentário sobre a evolução da idéia de centro comercial, destacando o caso de seu crescimento nos Estados Unidos, Austrália e Grã-Bretanha até 1945 e, depois, tratando da sua expansão no pós-guerra (lembrando exemplos de outros países, que não só os supra citados) no intuito de verificar a aceitação da definição; ao término do capítulo é destacado o surgimento da indústria do centro comercial. O segundo capítulo, versando sobre os tipos de centro comercial, contém um exame dos diferentes tipos de centros em atividade, bem como considerações a respeito da classificação existente, que reconhece apenas três tipos — o centro vicinal, o centro comunal e o centro regional — e que hoje não consegue abarcar os tipos de centros, que surgiram principalmente a partir da década de 60. O autor sugere, então, a utilização de uma nova classificação, cujos principais tipos são em número de seis, a saber: 1) centros de utilidade geral localizados livremente, 2) centros de utilidade geral em distritos de compra, 3) centros de uso múltiplo, 4) centros ancilares, 5) centros especializados e 6) centros de compras. À exceção do sexto tipo, todos os demais comportam sub-tipos. O capítulo terceiro — o processo de desenvolvimento do centro comercial — considera mais detalhadamente as atividades e as relações entre as instituições envolvidas no processo, desde o momento em que surge a idéia de se criar o centro comercial até o início de suas atividades. O autor procura esclarecer o significado das diferentes fases desse processo, a saber: a fase das decisões iniciais, a fase de planejamento, a fase de construção e a fase de início das atividades. No capítulo quarto — a localização do centro comercial — o autor trata mais detidamente do problema que surge logo no início do processo de desenvolvimento do centro, ou seja, o da escolha do local em que será implantado, e procura examinar os padrões locais nas escalas interregional, interurbana e intra-urbana. Os capítulos quinto e sexto são dedicados à análise de tipos de centros comerciais específicos, como os centros suburbanos tradicionais e os centros renovados e de compras. O sétimo e último capítulo — centros comerciais no futuro — procura apontar as tendências possíveis, a partir da extrapolação das transformações observadas, até o momento, e que foram indicadas nos capítulos anteriores.

Essa obra se constitui, certamente, num manual que, ao reunir material sobre diferentes tipos de centros comerciais e em diferentes países, interessa não só aos geógrafos que se dedicam a esse tema, especificamente, mas também a outros profissionais afeitos aos problemas do equipamento comercial urbano.

SILVANA MARIA PINTAUDI

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DO LAGO BIWA

Geografia, 10(19): 239-241, abril 1985.

O estudo da vida dos lagos é de especial interesse para o biogeógrafo, por duas razões: primeiro, por terem os lagos limites bem definidos e, segundo,

por estarem sujeitos a significativas mudanças em períodos de tempo relativamente pequenos. Assim sendo, "Lake Biwa,"¹ publicado em 1984, é obra de grande significado por elucidar muitos aspectos limnológicos do antigo lago e por sugerir novas linhas de pesquisa.

O Lago Biwa, localizado na mais central e importante ilha do arquipélago japonês, a Ilha de Honshu, é o maior lago nipônico e um dos mais antigos da superfície terrestre. Segundo métodos físicos de datação, baseados no princípio da radioatividade, o Lago Biwa possui cerca de 5 milhões de anos. Por esses motivos, grande tem sido o interesse dos pesquisadores japoneses em relação a esse ecossistema lacustre que, apesar de já ter sido muito estudado, ainda está a exigir um número maior de investigações. A Limnologia é a ciência que se preocupa especificamente com as lagoas e lagos, estudando todos os fenômenos físicos, biológicos e hidroecológicos pertinentes a esses ecossistemas, em relação ao respectivo meio ambiente. Porém, como o "estudo das águas" de um lago tem conexões profundas com outros campos de estudo, Shoji Horie, responsável pela coordenação editorial do "Lake Biwa", procurou a colaboração de vários outros campos do saber, reunindo contribuições de 44 pesquisadores japoneses, de reconhecida autoridade em seus setores de atuação. Shoji Horie edita uma obra que é um verdadeiro compêndio. Embora o objetivo do livro, conforme expressa seu editor, seja o de elucidar aspectos limnológicos do antigo Lago Biwa, a obra pela sua estruturação interessa aos limnologistas e, também, aos biólogos, geólogos, geógrafos, hidrólogos e geomorfólogos. O livro representa uma importante contribuição aos estudos limnológicos, constituindo-se, indiscutivelmente, numa pedra angular para melhor entendimento dos antigos lagos do globo que, apesar de serem poucos, ainda despertam questões desafiantes à comunidade científica.

A obra está dividida em cinco partes principais, intituladas: Aspectos Geocientíficos do Antigo Lago; Limnologia Atual, Paleolimnologia, Biogeografia e Influência das Atividades Humanas.

A Parte I ("Geoscientific Features on an ancient Lake", pp. 15-138) expõe os principais aspectos geomorfológicos, estratigráficos e geotectônicos do Lago Biwa e sua área circundante. A área é uma das mais importantes regiões tectônicas do arquipélago japonês, sendo uma das mais ativas de todo o sudoeste da Ilha de Honshu. O fosso pliocênico no qual se encontra o Lago Biwa é balizado por falhas sub-retilíneas ou de blocos inclinados. Fotos e mapas geológicos, colunas estratigráficas, tabelas e figuras completam as considerações sobre a tectônica e a geohistória do Lago Biwa.

Os aspectos limnológicos atuais do antigo lago são tratados na Parte II do livro (pp. 139-186). Através de cartas sinóticas, gráficos termopluviométricos e mapas, caracteriza-se meteorológica e climatologicamente a área da bacia do Lago Biwa. Um tópico especial é dedicado à análise do balanço hídrico do lago e do seu escoadouro, o Rio Seta. Utilizam os autores desse tópico, para a determinação da evapotranspiração potencial, o método de Penman; estimam a variação mensal do coeficiente de escoamento da bacia e salientam a necessidade de sempre se relacionar o balanço hídrico de um lago com o da sua bacia. Quanto às flutuações periódicas do nível da água do lago, conhecidas hidrológicamente por "seiche", e já por muito tempo estudadas em muitos lagos da Europa e Estados Unidos, os autores que tratam dessa seção afirmam que, apesar dos estudos dessa natureza só se terem iniciado para o Lago Biwa, em 1911, atualmente, graças aos sistemas computacionais, esses estudos estão em ritmo acelerado de progresso. Quanto aos aspectos químicos, das águas e dos sedimentos do lago, convém

salientar que, como quase sempre ocorre, esses aspectos são reflexos da geologia, da climatologia, da geomorfologia, da hidrologia e da limnologia do lago e sua área circundante. Do que decorre a necessidade de estudos de natureza interdisciplinar. "A natureza dos solos e das rochas circundantes ao lago, o regime e o total da precipitação, o "inflow" e o "outflow" do lago e sua bacia, o grau de variação da temperatura e a profundidade da bacia" é que explicam a química das águas de um lago (p. 257). Em razão da urbanização e da industrialização da área, o lago Biwa também é analisado do ponto de vista de impacto ambiental, fazendo os autores menções específicas à poluição de suas águas. Quanto aos aspectos biológicos da limnologia do lago, o livro analisa, separadamente, através da contribuição de diferentes especialistas, a composição e a distribuição areal das comunidades de fitoplâncton, algas, macrófitas aquáticas, zooplâncton, organismos bentônicos, moluscos, peixes e bactérias existentes nas águas do lago. Graças à extraordinária e longa história geológica do lago e à sua área relativamente grande, tornou-se possível, através dos tempos, uma grande diferenciação de organismos e tipos de "habitats" do Lago Biwa, o que explica o grande número de espécies, muitas delas exóticas e endêmicas. Apesar da riqueza de vida lacustre, alertam os autores para o perigo de um declínio paulatino do número de indivíduos, em razão da progressiva eutroficação que se observa no lago, em decorrência tanto da maturação natural da massa de água como da poluição antrópica.

A Paleolimnologia do lago é analisada na Parte III do livro (p. 387-624). Num primeiro momento são levantados muitos aspectos não biológicos da limnologia do lago, mas que são de enorme interesse científico, tais como o problema da determinação da idade dos depósitos lacustres e o das mudanças climáticas ocorridas no pleistoceno. Discorrem os autores sobre os eficientes métodos radiométricos e isotópicos de que ora dispomos e salientam a importância dos estudos paleoestratigráficos, que permitem, através de análises polínicas e de fósseis, esclarecer muitas das idéias sobre as mudanças ambientais ocorridas ao longo da história geológica do lago e do próprio planeta Terra.

A biogeografia do Lago Biwa aparece comentada na Parte IV do livro (pp. 625-634). Discute-se a gênese e a evolução da fauna do lago, os endemismos e a migração de certas espécies, bem como a contribuição dos estudos dos microfósseis na elucidação da biogeografia lacustre.

A quinta e última parte do livro dedica-se, especificamente, à análise das influências antrópicas sobre o lago (pp. 635-641). Apesar do assunto já ter merecido, por parte dos autores responsáveis pelas quatro primeiras partes do livro, a devida atenção, a problemática das influências antrópicas no lago é retomada enfocando-se, principalmente, os impactos causados pelas grandes obras públicas. São discutidos os pontos positivos e negativos dos trabalhos de dragagem no Rio Seta, escoadouro do Lago Biwa, as consequências das represas e comportas construídas, bem como as alterações causadas pelos aterros efetuados no lago e seus arredores. Desnecessário é dizer que tais obras, realizadas a fim de melhor atenderem às necessidades geradas pelos aumentos industrial e populacional da área, inevitavelmente "trazem consequências deletérias sobre o meio ambiente do lago, especialmente no que tange à qualidade de suas águas" (p. 641).

O livro, com suas 654 páginas, 285 figuras, 79 tabelas, 32 fotos aéreas e extensa bibliografia, é indiscutivelmente uma obra digna de registro, elucidando não só os principais aspectos limnológicos do antigo Lago Biwa, mas, também, propiciando significativas informações aos vários setores das geociências.

¹ Shoji Horie — (editor) — *Lake Biwa*, Monographie Biologicae, vol. 54. Dr. W. Junk Publishers, Holanda, 654 pp., 1984.

PLANEJAMENTO DO USO DA TERRA E SENSORIAMENTO REMOTO

Geografia, 10(19): 242, abril 1985.

Lançado recentemente, o presente livro tem como propósito, colocar ao alcance dos especialistas em planejamento do uso da terra, os princípios e áreas de aplicação do Sensoriamento Remoto.¹

O livro é organizado em duas seções. A primeira trata dos princípios básicos do Sensoriamento Remoto e em particular de fotografias aéreas, passando pelas imagens de radar e de satélite. A segunda seção trata especificamente das aplicações ligadas ao planejamento. Entre os tópicos discutidos estão: Entrada de dados de Sensoriamento Remoto em sistemas de informações geográficas; Inventário e variações no uso da terra; Preservação de terras agrícolas; Seleção de locais; Zoneamento; Litígios e Métodos para estimativas populacionais.

As informações que aparecem na primeira seção são adequadas e oportunas, não entrando em detalhes técnicos de maior profundidade, já que não interessariam ao especialista em planejamento. Os tópicos abordados na segunda seção não são no entanto tão abrangentes quanto seria possível, já que o potencial de aplicações dos sistemas sensores é bem mais amplo do que a abordagem feita pelo autor, mesmo na área geográfica. Como o próprio autor afirma que o livro visa atingir técnicos que já trabalhem na área de planejamento, então os temas abordados serviriam como exemplo não pretendendo esgotar o assunto e, desse prisma, o livro atinge plenamente seus objetivos.

GILBERTO JOSÉ GARCIA

PROGRESS IN PHYSICAL AND IN HUMAN GEOGRAPHY — 1984

Geografia, 10(19): 242-244, abril 1985.

Torna-se marcante assinalar as continuidades regulares do *Progress in Physical Geography* e *Progress in Human Geography*, cujos oitavos volumes surgiram em 1984. O volume da Geografia Física reúne 12 artigos, 18 relatórios anuais e 39 resenhas, enquanto o da Geografia Humana apresenta 11 artigos, 18 relatórios e 88 comentários sobre livros.²

Entre os trabalhos envolvidos com a Geomorfologia deve-se destacar o estudo sobre a contribuição geomorfológica de Julius Budel, feita por Conrad J. Kiewietdejonge ("Budel's Geomorphology", PPG 8 (2): 218 - 248, e (3): 365 - 397), que apresenta as idéias e princípios básicos da geomorfologia climática e dos demais assuntos tratados pelo eminente geomorfólogo alemão, recentemente falecido. Os demais artigos tratam dos níveis marinhos holocênicos nos litorais do Atlântico Sul (Patrick D. Nunn — "Occurrence and ages of low-level platforms and associated deposits on South Atlantic coasts", PPG 8 (1): 32 - 60), das pesquisas recentes relacionadas com as formações loésicas (Keneth Pye — "Loess", PPG 8 (2): 176

¹ DAVID T. LINDGREN — *Land use planning and Remote Sensing*. Nijhoff, Lancaster, 1985, 176 p.

² *Progress in Physical Geography*, volume oito, quatro fascículos, 1984, 630 páginas. Editora Edward Arnold Ltd., Londres.

Progress in Human Geography, volume oito, quatro fascículos, 1984, 630 páginas. Editora Edward Arnold Ltd., Londres.

- 217), do desenvolvimento dos canais meândricos (J. M. Hooke — "Changes in river meanders: a review of techniques and results of analyses", PPG 8 (4): 473 - 508) e das formas cársticas originadas pela ação orgânica (H. A. Viles — "Biokarst: review and prospects", PPG 8 (4): 523 - 542). Os relatórios, já tradicionais, assinalam o desenvolvimento e as contribuições registradas nos setores da geomorfologia glacial (Martin Sharp), geomorfologia periglacial (Peter Worsley), geomorfologia fluvial (K. J. Gregory), geomorfologia litorânea (Roger McLean), geomorfologia das regiões áridas (Andrew Warren), intemperismo (J. P. McGreevy e W. B. Whalley) e vertentes e processos morfogenéticos (T. P. Burst)

A propósito da climatologia surgem as contribuições analisando os climas urbanos (Derek O. Lee — "Urban climates", PPG 8 (1): 1 - 31), a topoclimatologia urbana (Y. Goldreich — "Urban topoclimatology", PPG 8 (3): 336 - 365) e os padrões de distribuição das neves (Christopher Daly — "Snow distribution patterns in the alpine krummholz zone", PPG 8 (2): 157 - 175). Os relatórios chegam a ser tematicamente orientados sobre as mudanças climáticas, como os apresentados por Wilfrid Bach ("Carbon dioxide and climatic change: an update" e "CO₂ sensitivity experiments using general circulation models"), A. H. Perry ("Recent climatic changes — is there a signal among the noise?"), John G. Lockwood — "The Southern Oscillation and El Niño" e Leslie F. Musk ("Applied climatology"). Para o setor da Biogeografia encontram-se os trabalhos sobre as florestas de savana do Sudeste Asiático (Philip Stott — "The savanna forests of mainland southeast Asia: an ecological survey", PPG 8 (3): 315 - 335), a biogeografia e ecologia das plantas em atóis (M. A. B. Lee — "Biogeography and ecology of atoll plants", PPG 8 (4): 509 - 522) e a avaliação das mudanças biogeográficas ocorridas no Krakatoa, no século após a famosa erupção (R. J. Whittaker, K. Richards, H. Wiriadinata e J. R. Flenley — "Krakatau 1883-1983: a biogeographical assessment", PPG 8 (1): 61 - 81). Os relatórios são a respeito da biogeografia (J. A. Taylor), conservação das florestas tropicais úmidas (John Proctor) e análise espacial dos solos (Stephen Nortcliff). Considerando o temário do meio ambiente, deve-se mencionar ainda os relatórios sobre o meio ambiente das altas montanhas (Olav Slaymaker) e questões ambientais (Keith Smith).

Em relação à Geografia Humana, pode-se iniciar considerando os trabalhos de interesse metodológico, conceitual e de avaliação sobre o desenvolvimento geográfico. Daniel A. Griffith ("Reexamining the question 'are locations unique?'", PHG 8 (1): 82 - 94) reexamina a questão da singularidade das localidades mostrando que, apesar de haver evidências crescentes de autocorrelação espacial entre muitos fenômenos, os locais não são totalmente interrelacionados. "Cada unidade areal contém fenômenos cuja presença parcialmente é devida a não-singularidade da localização, e parcialmente é devida à singularidade. A subdivisão de fatos geográficos nesses dois componentes é de importância proeminente para uma compreensão da organização espacial". V. Chouinard, R. Fincher e M. Webber ("Empirical research in scientific human geography", PHG, 8 (3): 347 - 380) avaliam os procedimentos empíricos na pesquisa geográfica assinalando que há muitas similaridades na prática real da pesquisa, embora os pesquisadores se diferenciem propondo enunciados e assumindo posições positivistas ou anti-positivistas. A ambos os trabalhos deve-se acrescentar a revisão sobre o desenvolvimento a respeito dos modelos de preferência na análise da escolha espacial, feita por H. Timmermans ("Decompositional multiattribute preference models in choice analysis", PHG 8 (2): 189 - 221), o artigo que analisa a economia política marxista em vista da Geografia política (R. J. Johnston — "Marxist political economy, the State and Political Geography", PHG 8 (4): 473 - 492), o trabalho que analisa a teoria da distribuição e fluxos do capital na escala regional, e suas implicações para o desenvolvimento (Meric S. Gertler — "Regional capital theory", PHG 8 (1): 50 - 81),

e o levantamento a propósito do desenvolvimento da Geografia Humana na Europa Oriental, no período de pós-guerra (David Turnock — "Postwar studies on the Human Geography of Eastern Europe", PHG 8 (3): 315 - 346).

De interesses maior para a Geografia Urbana surgem o apanhado sobre a segregação residencial e formação de classes na cidade capitalista (Richard Harris — "Residential segregation and class formation in the capitalist city: a review and directions for research", PHG 8 (1): 26 - 49), as consequências espaciais que as telecomunicações têm na geografia das áreas metropolitanas (Aharon Kelerman — "Telecommunications and the geography of metropolitan areas", PHG 8 (2): 222 - 246) e os conceitos e abordagens relacionados com o estudo das cidades coloniais do Terceiro Mundo, particularmente considerando os casos africanos (David Simon — "Third World colonial cities in context: conceptual and theoretical approaches with particular reference to Africa", PHG 8 (4): 493 - 514). Nos demais trabalhos D. J. Spooner e F. J. Calzonetti analisam as perspectivas anglo-americanas a propósito da revitalização das áreas carboníferas ("Geography and the coal revival: Anglo-American perspectives", PHG 8 (1): 1 - 25), enquanto o lazer e a recreação nas áreas rurais recebem atenção de Peter L. Owens ("Rural leisure and recreation research: a retrospective evaluation", PHG 8 (2): 157 - 188).

No conjunto dos relatórios anuais encontramos contribuições relacionadas com diversos setores ou temas da Geografia Humana, assim como à metodologia e às técnicas. Esses relatórios versam sobre história e filosofia da Geografia (Thomas F. Glick), métodos quantitativos (Neil Wrigley), perspectivas ambientais (T. O'Riordan), manejo e conservação dos recursos naturais (R. Munton), analisando as reações do Reino Unido às Estratégias de Conservação Mundial, informação geográfica e cartografia (M. S. Monnier), sistemas urbanos e regionais (J. Whitelaw), estrutura interna das cidades (J. W. R. Whitehand), planejamento e geografia aplicada (Paul Knox), geografia social (Peter Jackson), geografia política (J. R. Short), geografia da agricultura (I. R. Bowler), geografia industrial (Michael Taylor), estudos de população (Robert Woods), geografia histórica (Richard Dennis), geografia do comportamento e da percepção (John R. Gold e Brian Goodey), estudos sobre desenvolvimento (D. C. Funnell), organização espacial como tema nos estudos africanos (Paul Richards) e Ásia de Sudeste (J. E. Spencer).

ANTONIO CRISTOFOLETTI